

# Teorias do Desenvolvimento

Marcelo Antonio Conterato  
Eduardo Ernesto Fillipi

**EAD**  
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



**UFRGS**  
EDITORA

# Teorias do Desenvolvimento



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Rui Vicente Oppermann**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA**

Secretário

**Sérgio Roberto Kieling Franco**

Vice-Secretário

**Silvestre Novak**

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Ana Lígia Lia de Paula Ramos**

**Cassilda Golin Costa**

**Cornelia Eckert**

**Flávio A. de O. Camargo**

**Iara Conceição Bitencourt Neves**

**José Roberto Iglesias**

**Lúcia Sá Rebello**

**Mônica Zielinsky**

**Nalú Farenzena**

**Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

# Teorias do Desenvolvimento

Marcelo Antonio Conterato  
Eduardo Ernesto Fillipi

**EAD**  
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

  
**UFRGS**  
EDITORA

  
**SEAD**  
Secretaria de  
Educação a Distância

  
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA  
**PLANEJAMENTO E GESTÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos autores  
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Ignacio Antonio Neis, Sabrina Pereira de Abreu e Rosany Schwarz Rodrigues  
Editoração eletrônica: Tales Gubes Vaz

**Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS**

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

**Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural**

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

---

C761t Conterato, Marcelo Antonio  
Teorias do desenvolvimento / Marcelo Antonio Conterato [e] Eduardo Ernesto  
Fillipi ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso  
de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da  
SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

56 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras e tabelas.

Inclui referências bibliográficas.

1. Agricultura – Brasil. 2. Setor agrícola – Brasil. 3. Desenvolvimento rural – Brasil.  
4. Desenvolvimento rural – Questões ambientais – Processos demográficos – Brasil.  
I. Fillipi, Eduardo Ernesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria  
de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o  
Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631:330.34

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)  
ISBN 978-85-386-0067-1

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	7
Objetivo geral da disciplina.....	8
Objetivos específicos da disciplina .....	8
Organização interna da disciplina em Unidades .....	9
<b>Unidade 1 – O desenvolvimento</b> .....	11
1.1 A noção de desenvolvimento.....	11
1.2 O desenvolvimento rural no Brasil.....	12
1.3 O setor agrícola brasileiro.....	14
<b>Unidade 2 – O desenvolvimento no Brasil</b> .....	27
2.1 O desenvolvimentismo .....	27
2.2 Material de apoio .....	36
<b>Unidade 3 – Desenvolvimento rural, questões ambientais e processos demográficos no Brasil</b> .....	37
3.1 Desenvolvimento rural: primeiras considerações.....	37
3.2 Novas concepções sobre o desenvolvimento rural: incorporando questões ambientais e processos demográficos .....	42
3.3 Material de apoio .....	50
<b>Referências</b> .....	53





A disciplina **Teorias do Desenvolvimento** foi planejada e proposta considerando-se o projeto político-pedagógico do curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER). Oferecido na modalidade de Educação a Distância (EAD), o PLAGEDER tem como objetivo central fornecer elementos teóricos para a compreensão e a interpretação do desenvolvimento agrário tanto em nível local quanto em nível regional e nacional. Por isso, é importante salientar que a disciplina **Teorias do Desenvolvimento** foi idealizada para dar sua contribuição nesta proposta de formação de profissionais capacitados a atuarem com uma visão multidisciplinar no que diz respeito aos processos sociais agrários contemporâneos.

Projetado para capacitar profissionais com perfil crítico e inovador nas questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em nível local e regional, a perspectiva multidisciplinar do PLAGEDER requer de suas disciplinas um esforço voltado para a articulação dos saberes. O desafio é avançar na aproximação dos saberes aportados pelas teorias consolidadas com os saberes locais, estes forjados ao longo do tempo pelos atores sociais que constantemente (re)constroem suas práticas, fazendo do desenvolvimento (rural) um conjunto de ações locais articuladas. Isso implica potencializar nestes profissionais a capacidade de compreender e analisar as realidades locais e regionais, considerando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais na formulação e na implementação de políticas públicas.

A partir de um enfoque multidisciplinar, a disciplina **Teorias do Desenvolvimento** propõe-se a introduzir o estudante no tema do desenvolvimento em seus aspectos mais amplos: históricos, sociais, econômicos e demográficos. Para tanto, requer-se, por parte dos que estão envolvidos, tanto professores quanto alunos, que invistam no entendimento do desenvolvimento e de suas escalas (local, regional, nacional), sob diferentes enfoques (rural, urbano, sustentável) e dimensões (social, econômica, cultural, ambiental), como um processo de longo prazo e de múltiplas repercussões territoriais.

Além desse programa ampliado, em que o desenvolvimento parece estar orientado por uma espécie de ideia-força que guia as ações das instituições e dos agentes envolvidos, independentemente da escala, do enfoque e da dimensão, a disciplina tem a pretensão de introduzir o estudante em questões ligadas à compreensão de como, institucionalmente, distintas teorias de desenvolvimento, abordadas a partir das referências bibliográficas propostas, auxiliam na explicação do caráter desigual do desenvolvimento rural brasileiro no período republicano. Nesse sentido, o entendimento compartilhado no âmbito da disciplina é o de que não há *uma* Teoria do



Desenvolvimento Rural ou dos processos sociais agrários, mas, sim, aportes analíticos e metodológicos em diversas áreas do conhecimento (Economia, Sociologia, Geografia, Antropologia e outras) que oferecem suporte para identificar e analisar as transformações do meio rural e suas implicações para a qualidade de vida das populações que nele ou dele vivem.

Espera-se, assim, que o esforço empreendido em trabalhar as ferramentas oferecidas por cada uma das disciplinas resulte numa visão multidisciplinar do desenvolvimento rural, o que permitirá avançar na compreensão de um mundo rural heterogêneo e desigual. Para tanto, há que se recorrer aos saberes teóricos e metodológicos acumulados pelas mais diversas áreas do conhecimento, o que somente é possível se houver práticas de ensino e pesquisa multidisciplinares, permitindo vários olhares sobre o mesmo objeto e, dessa forma, várias formas de interpretá-lo. Potencializar a análise das desigualdades das dinâmicas de desenvolvimento rural permitirá ir além das proposições teóricas que se apoiam em explicações lineares de suas causas.

Temas correlatos à complexidade dos modelos históricos do desenvolvimento desigual no Brasil serão explorados através da análise de textos, de dados (tabelas e gráficos) e de sites de interesse. Entre esses temas correlatos, tomam relevo as dinâmicas demográficas (migrações rural-urbanas) e a questão ambiental (a degradação do meio ambiente e o caráter esgotável dos recursos naturais).

## OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Constitui o objetivo geral desta disciplina capacitar o estudante a compreender o termo desenvolvimento através de seus desdobramentos histórico-institucionais e de suas variantes socioeconômicas no caso brasileiro contemporâneo. Espera-se que tal enfoque multidisciplinar permita ao interessado, em sua trajetória acadêmico-profissional, aplicar tal compreensão no planejamento e na gestão de ações e empreendimentos voltados ao mundo rural.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

Os objetivos específicos da disciplina são:

(1) capacitar o estudante a perceber a complexidade do termo *desenvolvimento* a partir de uma perspectiva multidisciplinar; e

(2) capacitar o estudante a compreender e a analisar o período do *desenvolvimentismo* no Brasil (1945-1975), período conhecido como a “época de ouro do desenvolvimento brasileiro”, onde se destacam:

– a **industrialização pioneira** de Getúlio Vargas, período em que o Brasil deixa de ser agrário para iniciar um processo mais longo e duradouro de industrialização orientado pelo Estado;

– o governo JK – Juscelino Kubitschek e o **Plano de Metas**, este baseado na necessidade de eliminar os pontos de estrangulamento da economia brasileira, quando setores críticos não permitiam um adequado funcionamento da economia, e se impunha a mecanização da agricultura, que requeria, por sua vez, a fabricação de tratores, prevista na meta da indústria automobilística;

– a influência do **pensamento da CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e das ideias de Celso Furtado, especialmente no que diz respeito às especificidades da industrialização periférica como processo de alteração dos termos de troca e das inserções internacionais das economias da região no cenário mundial;

– o desenvolvimento econômico no período da ditadura militar (1964-1984) e a implementação dos **PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento**;

– o **período contemporâneo**, caracterizado pela aplicação de parte dos postulados do Consenso de Washington (liberalização comercial, diminuição do papel do Estado na economia) à nova gestão do desenvolvimento;

(3) capacitar o estudante a compreender a relação intrínseca dos modelos de desenvolvimento aplicados no Brasil (rural) com outros temas relevantes nos estudos sobre o desenvolvimento, tais como as migrações (dinâmicas demográficas) e a questão ambiental.

## ORGANIZAÇÃO INTERNA DA DISCIPLINA EM UNIDADES

O desafio de se propor um programa multidisciplinar para o estudo do desenvolvimento deve levar em consideração que a compreensão histórico-institucional das mudanças socioeconômicas, particularmente no Brasil, se encontra na base das estratégias – tanto público-estatais quanto privadas – do binômio crescimento/desenvolvimento. No Brasil, esse binômio foi acompanhado de significativas mudanças políticas e econômicas, com desdobramentos em todos os setores da sociedade.

Assim sendo, com o propósito de responder aos objetivos da disciplina e de organizar os conhecimentos necessários à compreensão das teorias que norteiam os estudos sobre desenvolvimento rural, a disciplina **Teorias do Desenvolvimento** está organizada em três Unidades inter-relacionadas, a saber:

**Unidade 1 – O desenvolvimento**

**Unidade 2 – O desenvolvimentismo no Brasil**

**Unidade 3 – Desenvolvimento rural, questões ambientais e processos demográficos no Brasil**

A ordem de apresentação dessas Unidades procura respeitar uma espécie de hierarquização do conhecimento. Nesse sentido, entende-se que, no caso do Brasil, o debate sobre o desenvolvimento rural, as questões ambientais e os processos demográficos só fazem sentido se analisados à luz do desenho assumido pelos processos de desenvolvimento numa perspectiva mais ampla e histórica.

Com isso, é possível traçar algumas diferenças mínimas entre **crescimento econômico**, que marca um período histórico bem delimitado em nosso país, e **desenvolvimento**, este, sim, movimento mais amplo, que não se restringe ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB), mas se caracteriza por envolver questões de maior alcance, como a preservação dos recursos da natureza, o acesso a bens e serviços públicos de qualidade. Objetivamente, assume-se que desenvolvimento é muito mais amplo que progresso e não se resume às taxas de crescimento econômico ao longo de um ano ou uma década.

O conteúdo desta Unidade recai sobre breve discussão em torno do termo *desenvolvimento*. A ênfase, mais uma vez, é reforçar o enfoque multidisciplinar do desenvolvimento aplicado ao planejamento e à gestão de ações e empreendimentos voltados ao mundo rural. Para tanto, faz-se necessária a compreensão da linha histórica dos principais autores e escolas de pensamento dos estudos sobre o desenvolvimento (rural).

A construção de tal linha histórica é parte relevante das pesquisas do estudante, dado que as ideias dos principais autores que tratam do desenvolvimento oferecem o suporte teórico para a compreensão dos momentos históricos do desenvolvimento (rural) brasileiro.

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças se dão graças a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida. Todavia, nem sempre as ações promovem a melhoria do nível de vida de todos. Assim sendo, qualquer forma de aferição dos níveis de desenvolvimento de determinado país, região ou município estará sujeita a críticas teóricas e metodológicas. Ainda assim, as propostas mais contemporâneas buscam corrigir a perspectiva de que desenvolvimento se mede pelo crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, apontando para outras dimensões do fenômeno, como a social, a cultural, a demográfica e a ambiental.

## 1.1 A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O termo *desenvolvimento* é uma palavra-chave que se presta a várias e diferentes interpretações. Esse fato confunde, não raro, o interessado. Assim, para evitar confusões, ou para melhor enquadrar o termo, procura-se qualificar as possíveis interpretações deste termo através da adição de outros substantivos e/ou adjetivos que restringem o significado do termo *desenvolvimento* a um campo de estudos mais específico e determinado. Na literatura especializada, por exemplo, novas expressões, tais como *desenvolvimento humano*, *desenvolvimento social*, *desenvolvimento sustentável* e *desenvolvimento rural*, permitem ao pesquisador “dar um zum” em suas pesquisas a partir de parâmetros mais específicos. Em resumo, tal exercício de enquadramento supõe que o substantivo *desenvolvimento* requer um complemento que o qualifique.

Assim, a expressão *desenvolvimento rural* denotaria uma área específica dos estudos sobre o mundo rural, distinto de outras formas de desenvolvimento.

Como ponto de partida para os estudos sobre desenvolvimento rural, a forma mais didática para conceituá-lo será perceber que essa designação revela certa complexidade. Em outros termos, “a heterogeneidade define o mundo rural”, como está expresso no Relatório de 2007 do Banco Mundial. Tal ideia nos remete à constatação de que não há uma política única, ou ideal, de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais são distintas e têm diferentes graus, em função de distintos territórios, culturas e técnicas de emprego da mão-de-obra e do capital (tecnologia).

A partir dessa ideia-guia, faz-se necessário compreender o desenvolvimento do Brasil rural através da regionalização de seu território. País de dimensões continentais e berço de múltiplos e distintos ecossistemas, o Brasil, não se encaixaria em nenhuma definição construída *ex ante*, ou seja, determinística.

Por exemplo, no Brasil há, por um lado, espaços majoritariamente urbanizados, particularmente localizados na costa atlântica, onde habitam cerca de 140 milhões de indivíduos (aproximadamente 80% da população brasileira), e, por outro, espaços tipicamente rurais, com baixíssimos indicadores de densidade demográfica (regiões Centro-Oeste e Norte do país), onde a principal atividade é a agropecuária. Por consequência, qualquer tentativa de definição do Brasil enquanto país agrícola ou urbano-industrial nos conduziria à polêmica, pois, analisado de forma regionalizada, não há apenas um Brasil, mas múltiplos *Brasis*.

A existência de múltiplos *Brasis* traz consigo o peso de um país marcado pelas diferenças regionais em termos de desenvolvimento. Isso se reflete inclusive nas dinâmicas de desenvolvimento rural e nas formas institucionais de potencializá-las em termos de políticas públicas.

## 1.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Em termos político-institucionais, o desafio do desenvolvimento rural, no Brasil, inscreve-se dentro de uma lógica na qual políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. Tal dualidade se evidencia pela partilha, desigual, de terras entre a agricultura de cunho familiar e a agricultura patronal. Mais, evidencia-se tal dualidade através da coexistência de dois Ministérios que se ocupam das questões rurais: de um lado, o MAPA – Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, responsável pelas políticas públicas direcionadas ao chamado agronegócio, e, do outro, o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, que se ocupa das políticas de empoderamento da agricultura familiar e de implementação de modelos de reordenamento e de reforma agrária. Os argumentos quanto à impossibilidade de coexistência dos dois modelos agrários são

variados e têm raízes históricas distintas. Cada modelo, como veremos, apresenta uma origem peculiar.

O modelo de agricultura conhecido como patronal, agroexportador – o agronegócio –, rotulado de moderno e competitivo, teve sua origem no âmbito da Revolução Verde da década de 1970. Caracterizado por um pacote tecnológico e econômico que tinha como objetivo fortalecer e ampliar a dinâmica da acumulação capitalista no campo, fez surgir uma forma de agricultura que, atualmente, se volta para os mercados internacionais de *commodities* agropecuárias (grãos e carne, principalmente).

Já o outro modelo de agricultura, familiar para uns e camponesa para outros, emergiu das lutas de base organizadas pelos movimentos sociais do campo a partir de meados de 1990, quando despontou o sindicalismo rural ligado à CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Em termos de planejamento público, ocorreu uma deterioração das condições de reprodução social no meio rural nacional. Tal deterioração foi acelerada pelas escolhas estratégicas de crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970, quando os Estados nacionais priorizaram o crescimento rápido. Um exemplo de crescimento econômico acelerado no Brasil foi a política direcionada ao setor patronal da produção primária, a chamada Revolução Verde, cujos efeitos examinaremos a seguir.

Como consequência dos resultados da chamada Revolução Verde, obteve-se um aumento significativo da produção agrícola e pecuária nacional, com uma série de políticas e ações prioritariamente direcionadas aos estabelecimentos rurais patronais.

A pequena produção – familiar e camponesa – ficou relegada a um plano marginal, apenas dinamizada através de políticas públicas específicas implementadas a partir da década de 1990 e especialmente conduzidas pela SAF – Secretaria da Agricultura Familiar e pela SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgãos vinculados ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. É importante ressaltar que o MDA nasceu e se consolidou naquela década como uma antiga reivindicação dos movimentos sociais rurais. Tratava-se, conforme aponta a missão do ministério, de “criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania”.

A cidadania passou a ser, neste caso, consequência direta de um conjunto de outras conquistas sociais e políticas, que iriam se desdobrar em um conjunto de ações articuladas em torno do Estado, com forte impacto na formação de novas frentes de pesquisa e debate no campo dos estudos rurais no Brasil.

O debate sobre a noção de agricultura familiar, por exemplo, está fortemente ligado à retomada da força política do movimento sindical dos trabalhadores rurais na década de 1990, uma importante conquista da sociedade brasileira potencializada pela consolidação de um regime político democrático, em que a sociedade civil organizada passava a exercer papel fundamental na consolidação de novas categorias sociais.

Da mesma forma, a legitimação da noção de agricultura familiar se inscrevia na luta por crédito, pela reforma agrária e por outras bandeiras que permitissem garantir condições de produção para uma categoria social que aos poucos foi sendo reconhecida como a mais disseminada no meio rural brasileiro.

Outro importante mecanismo de extensão da cidadania às populações rurais pode ser analisado à luz da implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, antiga bandeira de luta, que atualmente representa uma das mais importantes conquistas sociais para o meio rural, seja por sua universalização, seja por sua importância no impacto sobre as economias dos municípios.

Neste caso, trata-se de reconhecer que o papel do Estado vem crescendo e se expandindo desde meados da década de 1990, não mais exclusivamente pela oferta de crédito ou por políticas de apoio aos assentamentos de reforma agrária. A ampliação do leque de ações de planejamento e intervenção por parte do Estado deve-se ao reconhecimento político da diversidade dos formatos assumidos pelo desenvolvimento rural, que passa, sim, pela afirmação de direitos sociais mínimos, mas, também, pelo reconhecimento e pela potencialização de demandas específicas, porém não menos importantes, como é o caso do debate sobre a segurança alimentar e nutricional e sobre as ações de desenvolvimento dos territórios rurais. Isso implica o reconhecimento de que a análise do desenvolvimento rural no Brasil não passa exclusivamente pela análise da agricultura, seja ela familiar, seja patronal.

Em termos de aportes de recursos públicos, apenas para citar um exemplo do tratamento diferenciado dispensado à agricultura brasileira e de seus impactos sobre o desenvolvimento rural, o Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009 do Governo Federal vai destinar um montante de crédito de R\$ 78 bilhões, o que representa um incremento de R\$ 8 bilhões em relação à safra 2007/2008. Para o segmento da agricultura familiar, o Plano destinará R\$ 13 bilhões através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. À agricultura empresarial serão destinados R\$ 65 bilhões.

Isso nos leva a traçar distinções mínimas quanto às adjetivações acrescidas ao termo *desenvolvimento*. Não se trata de acrescentar descompromissadamente adjetivos. Mas, sim, de reconhecer que o avanço do debate sobre o desenvolvimento das áreas rurais implica o reconhecimento de diferentes concepções em relação às mudanças societárias e às formas de interpretação do meio rural.

### 1.3 O SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

Com base na evolução da agropecuária e a na concentração fundiária nacional, no período de 1990 a 2005, o estudante é convidado a refletir sobre a diversidade das formas de agricultura existentes, a evolução da produtividade na agricultura nacional e a situação atual do mundo rural no Brasil.

Por meio de tabelas e gráficos que mostram a evolução recente do setor primário brasileiro, o estudante poderá compreender as diferentes fases de crescimento econômico nacional, e como tal crescimento influenciou decisivamente a evolução do setor agropecuário nacional e contribuiu para a concentração fundiária brasileira.

Em termos político-institucionais, convém apresentar alguns dados sobre o dualismo interpretativo relativo às categorias sociais existentes no meio rural brasileiro e às suas (supostamente) distintas contribuições para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, os dados da tabela 1, abaixo, nos permitem uma primeira aproximação com as características gerais do setor agrícola nacional.

Tabela 1  
Brasil – Estabelecimentos, área e valor bruto da produção (VBP)

Categorias	Estabelecimentos (total)	Estab. s/ total (em %)	Área total (mil ha)	Área s/ total (em %)	VBP (mil R\$)	VBP s/ total (em %)
<b>Familiar</b>	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	37,9
<b>Patronal</b>	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0
Instit. Pias/ Religiosas	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1
Entidade Pública	158.719	3,2	5.530	1,5	465.608	1,0
Não identificado	132	0,0	8	0,0	959	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>4.859.864</b>	<b>100,0</b>	<b>353.611</b>	<b>100,0</b>	<b>47.796.469</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.

Quanto ao perfil da agricultura brasileira, condensado na tabela acima, existem no Brasil, segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, 4.859.864 estabelecimentos rurais, que ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares. São 4.139.369 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 107,8 milhões de hectares e são responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuária total. Os agricultores patronais são representados por 554.501 estabelecimentos, que ocupam 240 milhões de hectares e são responsáveis por R\$ 29,1 bilhões do VBP total.

A emergência e o fortalecimento do debate sobre as formas de agricultura no Brasil e o esforço em demonstrar seu tamanho em termos de área, uso da terra e de tecnologias e pessoal ocupado foram amplamente potencializados pelo projeto de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e *Food Agriculture Organization* – INCRA/FAO (2000).



Essa cooperação resultou no mais vigoroso esforço no sentido de captar as diversas agriculturas existentes no meio rural brasileiro, que contabilizou para o Brasil um total de 4,8 milhões de estabelecimentos, dos quais mais de 4,1 milhões de caráter familiar. O estudo apresenta a abrangência numérica do universo familiar: 85,2% do total de estabelecimentos para o Brasil.

O estudo demonstrou que, no Brasil, 37,9% do VBP, 25,3% do total de recursos de crédito e financiamento e 30,5% da área abrangida dizem respeito ao universo agrícola familiar. De acordo com Guilhoto et al. (2005), o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas respondiam, em 2003, por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, em média, por 23,5% para o Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 2003, média duas vezes e meia superior à média nacional, que foi de 9,3%.

A existência, no meio rural brasileiro, de dois modelos de agricultura, sintetizados na figura 1, abaixo, é emblemática, conforme evidenciado acima, da existência de dois Ministérios para tratar das questões rurais. A existência de dois modelos de agricultura, um familiar e outro patronal, extrapolou o campo político e alimenta vigoroso debate acadêmico sobre a possibilidade de coexistência dessas duas formas de agricultura. A (suposta) impossibilidade de coexistência de dois modelos de agricultura impede que se negue o maniqueísmo que marca o debate brasileiro sobre qual é o verdadeiro papel da agricultura, seja ela familiar, seja patronal, para o desenvolvimento de vastas regiões do Brasil rural.

<b>Modelo Familiar</b>	<b>Modelo Patronal</b>
Trabalho e gestão intimamente relacionados	Completa separação entre gestão e trabalho
Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários	Organização centralizada
Ênfase na diversificação	Ênfase na especialização
Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida	Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis
Trabalho assalariado complementar	Trabalho assalariado predominante
Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo	Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”

Figura 1: Comparativo entre os modelos familiar e patronal de agricultura

Fonte: Projeto INCRA/FAO (2000).

Nesse sentido, para entender o fosso que se supõe existir entre formas familiares e formas patronais de agricultura e seus desdobramentos no que diz respeito a processos de diferenciação social dos produtores agrícolas, caberia uma análise pormenorizada da queda da rentabilidade agrícola, particularmente na década de

1990. Essa queda da rentabilidade deveria ser analisada a partir de três elementos fundamentais: a queda dos preços dos produtos agropecuários; a elevação dos custos do trabalho e do crédito rural; e a redução do ritmo de inovação no setor agropecuário.

As figuras 2 e 3, a seguir, podem ser tomadas como representativas de um importante período da evolução recente da agricultura brasileira, neste caso, relativamente à evolução da renda do setor agrícola e à evolução da oferta de crédito rural público. O entendimento aqui reside na capacidade explicativa que têm esses dois indicadores de expressar as oscilações a que estão submetidos os agricultores em relação à formação da renda agrícola e à disponibilidade de crédito.

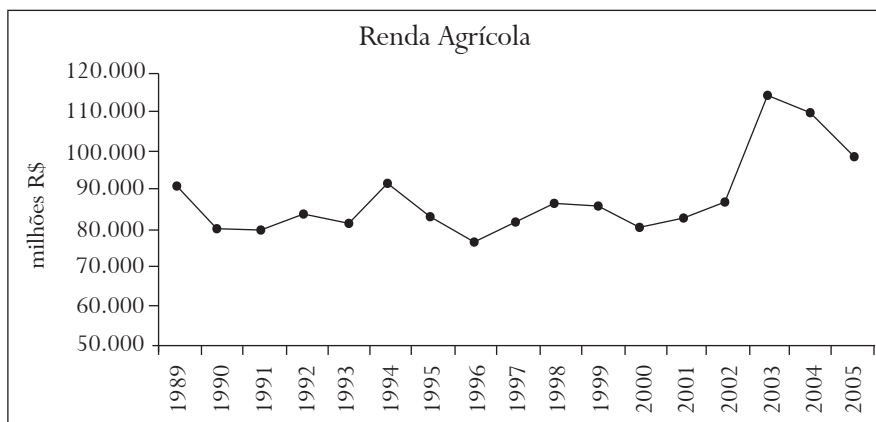


Figura 2: Brasil – Renda do setor agrícola 1989-2005  
Fonte: GASQUES et al. (2004).

Na figura 2, o período inicial coincide com o início de uma fase caracterizada por maior abertura da economia brasileira, acompanhada de restrições na oferta de crédito agrícola. As oscilações na renda do setor agrícola ao longo do período considerado não são necessariamente acompanhadas pelas oscilações na oferta de crédito (figura 3), indicando que o acesso ao crédito não implica, numa relação direta de causa e efeito, o aumento dos rendimentos auferidos pelos agricultores.

Mais do que isso, os dados permitem inclusive considerar uma queda sistemática da renda do setor agrícola até o ano 2000, quando se observa uma recuperação seguida de nova e acentuada queda da renda total do setor.

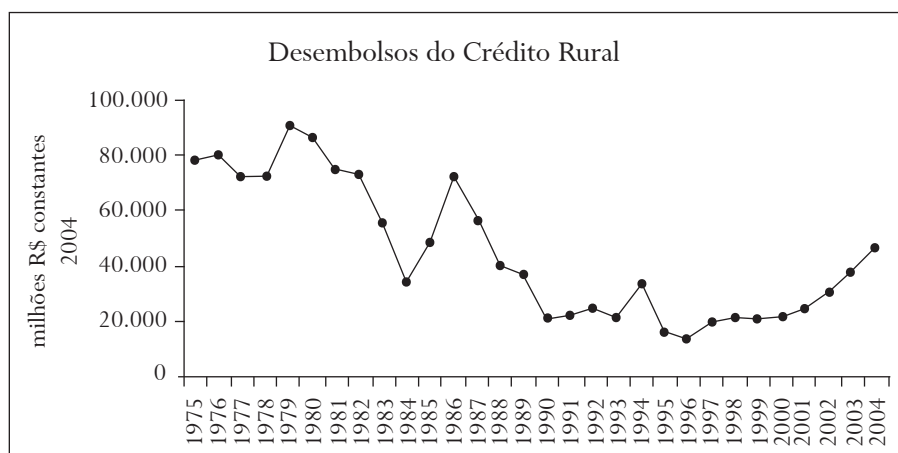


Figura 3: Brasil – Desembolsos do crédito rural 1975-2004  
Fonte: GASQUES et al. (2004).

A figura 3, acima, compreende um período mais longo e trata exclusivamente do desembolso de crédito rural no Brasil entre 1975 a 2004. Fica evidente o empenho do Estado brasileiro no financiamento de sua agricultura, particularmente ao longo da década de 1970. O crédito rural tornou-se o verdadeiro vetor da agricultura brasileira. Neste período, porém não de forma exclusiva, aumentos na renda agrícola eram entendidos como associados, necessariamente, ao desenvolvimento rural.

Tal como evidenciado nesta figura, a partir do início da década de 1980, o desembolso de crédito rural cai substancialmente e remete ao início do período de ajustes fiscais que marcou a história do desenvolvimento brasileiro. Essa relação será discutida com mais profundidade ao longo do trabalho. A partir de meados da década de 1990 tem início a retomada da oferta de crédito rural, porém sem alcançar jamais os patamares da década de 1970.

Ressalte-se que essa retomada do crédito é alimentada pela criação de programas estruturantes de fortalecimento da agricultura familiar, como a do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996. Este passou a constituir a principal política pública destinada aos agricultores familiares no Brasil. Desde então, seu crescimento, tanto em termos de recursos como de contratos, reforça a perspectiva da importância desta categoria social para o desenvolvimento nacional e dos papéis que o crédito rural pode assumir no fortalecimento de ações que potencializem o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura e o desenvolvimento rural.

Apenas como exemplo, em 1999 foram aplicados 1,82 bilhões de reais no financiamento de 802.849 contratos. Em 2007, foram 1.719.179 contratos e 9,3 bilhões de reais aplicados, o que dá uma noção de sua evolução enquanto política de crédito rural, neste caso para público específico, os agricultores familiares.

Todavia, a evolução da agricultura brasileira não se compreende analisando apenas dados referentes à evolução da renda do setor agrícola e do desembolso de crédito rural. Na tabela 2, abaixo, é possível verificar a evolução da agropecuária no Brasil no período de 1990 a 2005 por meio da adição de outros indicadores considerados relevantes.

Os dados da tabela consideram a produção e a área associada para os seguintes produtos: café, laranja, arroz e cana-de-açúcar, com um recorte para a produção da cana-de-açúcar (veja a figura 4, adiante). É importante registrar que o período compreendido pela tabela 2 (1990 a 2005) é caracterizado por importantes mudanças político-institucionais no Brasil, inclusive em relação ao rural e à agricultura.

Tabela 2  
Brasil – Evolução da agropecuária (1990-2005), produtos selecionados

Ano	Café		Laranja		Arroz		Cana-de-açúcar	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)
1990	2.930	2.909	14.016	913	7.421	3.947	262.674	4.273
1991	3.041	2.763	15.149	983	9.488	4.122	260.888	4.211
1992	2.589	2.500	15.746	989	10.006	4.687	271.475	4.203
1993	2.558	2.259	15.038	801	10.107	4.411	244.531	3.864
1994	2.615	2.098	13.957	898	10.541	4.415	292.102	4.345
1995	1.860	1.870	15.870	856	11.226	4.374	303.699	4.559
1996	2.738	1.920	16.863	964	8.652	3.255	317.106	4.750
1997	2.457	1.988	18.437	986	8.352	3.058	331.613	4.814
1998	3.379	2.070	16.680	1.019	7.716	3.062	345.255	4.986
1999	3.264	2.223	18.315	1.027	11.710	3.813	333.848	4.899
2000	3.807	2.268	17.064	856	11.135	3.665	326.121	4.805
2001	3.639	2.336	16.983	825	10.184	3.143	344.293	4.958
2002	2.611	2.371	18.531	829	10.446	3.142	364.389	5.100
2003	1.987	2.396	16.918	836	10.335	3.181	396.012	5.371
2004	2.466	2.368	18.314	823	13.277	3.733	415.206	5.632
2005	2.536	2.342	17.868	803	13.192	3.916	455.272	6.172

Tabela 2  
Brasil – Evolução da agropecuária (1990-2005),  
produtos selecionados (continuação)

Ano	Feijão		Milho		Soja		Trigo	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)	(mil t)	(mil ha)
1990	2.234	4.680	21.348	11.394	19.898	11.487	3.094	2.681
1991	2.745	5.434	23.624	13.064	14.938	9.617	2.917	2.049
1992	2.797	5.149	30.506	13.364	19.215	9.441	2.796	1.956
1993	2.478	3.884	30.056	11.870	22.591	10.635	2.197	1.482
1994	3.370	5.471	32.488	13.749	24.932	11.525	2.096	1.349
1995	2.946	5.006	36.267	13.946	25.683	11.675	1.534	995
1996	2.452	4.301	29.653	11.976	23.167	10.299	3.293	1.796
1997	2.840	4.402	32.948	12.562	26.393	11.486	2.489	1.522
1998	2.191	3.314	29.602	10.585	31.307	13.304	2.270	1.409
1999	2.831	4.154	32.239	11.611	30.987	13.061	2.462	1.250
2000	3.056	4.333	32.321	11.890	32.821	13.657	1.726	1.139
2001	2.454	3.450	41.962	12.335	37.907	13.985	3.367	1.728
2002	3.064	4.141	35.941	11.761	42.108	16.359	3.106	2.105
2003	3.302	4.091	48.327	12.966	51.919	18.525	6.154	2.560
2004	2.967	3.979	41.788	12.411	49.550	21.539	5.819	2.807
2005	3.021	3.748	35.134	11.559	51.182	22.949	4.659	2.361

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.

Os incrementos mais significativos em termos de produção são registrados nos produtos arroz, cana-de-açúcar, milho, soja e laranja. Produtos como a soja e a laranja fazem parte da pauta de exportações do Brasil. Produtos típicos da base alimentar do brasileiro, como o feijão e o trigo, apresentaram certa tendência de redução da produção e da área plantada.

O aumento da produção alcançado por alguns produtos, quando associado à ampla disponibilidade de terras no Brasil, demonstra a existência de uma agropecuária competitiva, quando se trata de certas *commodities*. O padrão tecnológico da agropecuária que redundou em aumentos de produção e produtividade decorre justamente do incremento da mecanização de processos e da intensificação do uso de fertilizantes, ambos dependentes de recursos não renováveis.

Um país como o Brasil, de dimensões continentais, ainda pode incorporar novas áreas produtivas, o que nas últimas décadas tem sido feito pelo avanço sobre novas fronteiras agrícolas, quais sejam, as áreas das regiões Centro-Oeste e Norte, provocando graves implicações ambientais e sociais. Por exemplo, o avanço sobre

áreas do cerrado e da floresta amazônica tem permitido incrementos importantes na área plantada e no volume total produzido de algumas culturas, como é o caso da soja e do algodão.

Nas décadas de 1990 e 2000, os ganhos em produção decorrem cada vez mais do uso intensivo de novas tecnologias e cada vez menos da incorporação de novas áreas, como ocorria nas décadas de 1970 e 1980. Como cultura que tem incrementos também pela incorporação de novas áreas, poderíamos citar o caso da soja, que há mais de três décadas avança sobre áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica, contribuindo para a degradação de importantes ecossistemas. A própria cana-de-açúcar tem tido aumentos importantes de área e produção, o que em parte se explica pelos incentivos dados para a produção de biocombustíveis.

A tendência à *commoditização* da produção agrícola iniciada na década de 1970 veio acompanhada de uma crescente especialização da pauta de produtos. Nos anos 2000, a agropecuária brasileira registrou desempenho altamente positivo, aproveitando-se de fatores conjunturais, dentre os quais ressalta o aumento nos preços internacionais das *commodities*, decorrente, entre outros fatores, do crescimento de sua demanda e do aumento significativo da oferta de crédito agrícola. Isso resultou no crescimento do PIB agropecuário no período, que passou de 8,4% sobre o PIB total nacional em 2001 para 10,1% em 2004.

É conveniente salientar que os ganhos de produtividade na agricultura dependem, em boa medida, da demanda por tecnologias existentes e disponíveis. Essa demanda apresenta uma estreita interação tanto com as políticas setoriais voltadas para a agricultura (oferta de crédito, garantia de preços mínimos e aquisições para a formação de estoques) quanto com as políticas macroeconômicas gerais, como política de juros e cambial. Nesse caso, a evolução da agropecuária nacional em termos de produção, área plantada e produtividade está atrelada a um conjunto de fatores (alocação de recursos, oscilações nas medidas de política econômica voltadas para a agricultura, etc.) que influenciam diretamente em seu desempenho.

Os produtos selecionados nas tabelas e figuras são culturas exigentes quanto à utilização de insumos modernos e assentam-se numa base de mecanização elevada e na utilização de defensivos agrícolas. Isso significa que, para obter ganhos de produtividade e avançar sobre novas áreas, como é o caso da soja, são necessários investimentos em pesquisa para a produção de sementes melhoradas – híbridas, geneticamente modificadas – adaptadas a condições regionais específicas que marcam o avanço de determinado cultivo.

No caso da soja, o fato representativo foi a exploração intensiva nas regiões de cerrado e o conseqüente desenvolvimento de sementes adaptadas às suas condições de insolação e clima. Quanto à cana-de-açúcar, o grande fator impulsionador foi a incorporação do álcool enquanto combustível automotor, através de programa específico de incentivo, o Proálcool, e, mais recentemente, de programas

públicos e privados que resultam no incremento da produção dos chamados (agro) biocombustíveis.

Observando-se especificamente, na figura 4, abaixo, o exemplo da cana-de-açúcar no mesmo período, fica evidente o salto da produção e da área plantada entre 1990 e 2005. A partir do ano 2000, observa-se que esse salto ainda é mais expressivo, com destaque para a variável produção, que cresce mais acentuadamente do que a área plantada. A adoção de novas tecnologias e o avanço das pesquisas de novas variedades permitem ganhos de produtividade cada vez mais crescentes, o que explica em parte o substancial incremento da produção de cana-de-açúcar no Brasil, particularmente nos últimos 10 anos. Entre as culturas produzidas no Brasil, a cana-de-açúcar ocupa o terceiro lugar em relação à área plantada, ficando atrás apenas da soja e do milho.

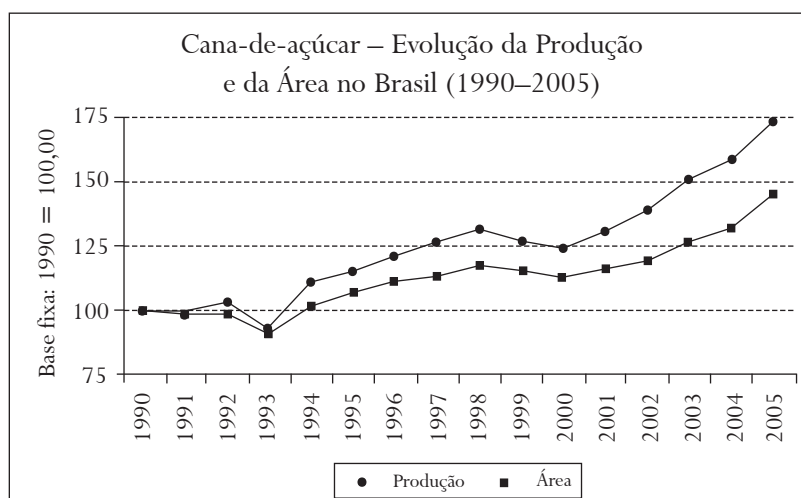


Figura 4: Brasil – Evolução da produção e da área plantada de cana-de-açúcar – 1990-2005  
Fonte: IBGE.

A evolução do rendimento desta cultura também foi notável. Embora não estejam contemplados na figura 4, dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicam que, em 1991, o rendimento médio da cana-de-açúcar no Brasil era de 61,94 toneladas por hectare. Em 2007, o rendimento médio foi de 76,6 toneladas por hectare.

Para além dos dados até aqui apresentados, é importante avançar sobre algumas possíveis consequências do atual modelo de agricultura predominante no Brasil. A tabela 3, abaixo, contempla dados sobre a concentração agrária no período de 1950 a 1995/1996 e oferece subsídios para se compreender melhor algumas consequências da evolução da agropecuária nacional.

Tabela 3  
Brasil – Concentração agrária: estabelecimentos  
e área por grupos de área total

Grupos de área	1950		1960		1970		1975	
	Infor- mantes	Mil ha	Infor- mantes	Mil ha	Infor- mantes	Mil ha	Infor- mantes	Mil ha
Menos de 10	703.241	2.986	1.476.720	5.845	2.519.625	9.083	2.601.860	8.983
Menos de 1	50.094	28	133.258	104	396.846	236	455.111	282
1 a menos de 2	112.904	154	275.456	380	488.562	658	535.951	736
2 a menos de 5	290.568	971	611.055	2.019	914.834	3.003	920.668	3.010
5 a menos de 10	249.675	1.833	456.951	3.342	719.383	5.186	690.130	4.955
10 a menos de 100	1.022.742	34.227	1.419.179	44.767	1.934.361	60.069	1.899.151	60.172
10 a menos de 20	340.004	4.842	529.073	7.431	768.438	10.743	733.206	10.245
20 a menos de 50	473.380	14.767	635.241	19.602	824.084	25.425	811.895	25.144
50 a menos de 100	209.358	14.618	254.865	17.733	341.839	23.902	354.050	24.783
100 a menos de 1.000	242.496	66.248	277.262	73.756	414.745	108.743	446.170	115.923
100 a menos de 200	122.833	17.077	142.857	19.690	215.329	29.700	236.941	31.867
200 a menos de 500	87.528	26.915	100.045	30.447	151.513	45.958	156.736	47.822
500 a menos de 1.000	32.135	22.256	34.360	23.618	47.903	33.085	52.493	36.233
1.000 a menos de 10.000	26.317	61.733	25.661	59.256	35.424	80.058	39.647	89.865
1.000 a menos de 2.000	15.772	21.761	15.351	20.952	21.491	29.269	24.114	32.917
2.000 a menos de 5.000	8.370	25.184	8.272	24.481	11.372	33.483	12.596	37.018
5.000 a menos de 10.000	2.175	14.788	2.038	13.823	2.561	17.305	2.937	19.930
10.000 e mais	1.473	42.077	1.491	36.477	1.449	36.190	1.820	48.952
10.000 a menos de 100.000	1.415	30.397	1.465	31.135	1.416	29.143	1.771	36.281
100.000 e mais	58	11.680	26	5.343	33	7.048	49	12.671
Sem declaração	364	-	4.017	-	18.377	-	4.805	-

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1950 a 1995/1996.



Tabela 3  
Brasil – Concentração agrária: estabelecimentos  
e área por grupos de área total (continuação)

Grupos de área	1980		1985		1995/1996	
	Informantes	Mil ha	Informantes	Mil ha	Informantes	Mil ha
Menos de 10	2.598.016	9.004	3.064.822	9.987	2.402.374	7.882
Menos de 1	469.088	280	637.311	364	512.032	281
1 a menos de 2	515.515	707	617.003	833	471.298	637
2 a menos de 5	903.590	2.943	1.043.185	3.347	796.724	2.544
5 a menos de 10	709.823	5.074	767.323	5.441	622.320	4.421
10 a menos de 100	2.016.774	64.494	2.160.340	69.565	1.916.487	62.694
10 a menos de 20	771.330	10.751	815.029	11.310	701.417	9.799
20 a menos de 50	854.051	26.385	907.481	28.115	814.695	25.439
50 a menos de 100	391.393	27.358	437.830	30.140	400.375	27.456
100 a menos de 1.000	488.521	126.799	517.431	131.433	469.964	123.542
100 a menos de 200	260.714	34.672	283.004	37.403	246.314	32.919
200 a menos de 500	169.455	51.957	174.758	53.072	165.243	50.436
500 a menos de 1.000	58.352	40.170	59.669	40.958	58.407	40.186
1.000 a menos de 10.000	45.498	104.547	48.286	109.626	47.174	108.171
1.000 a menos de 2.000	27.147	37.026	29.060	39.642	28.504	38.996
2.000 a menos de 5.000	14.832	43.467	15.688	46.024	14.982	44.178
5.000 a menos de 10.000	3.519	24.054	3.538	23.960	3.688	24.997
10.000 e mais	2.345	60.008	2.125	54.315	2.184	51.323
10.000 a menos de 100.000	2.292	48.280	2.066	42.242	2.147	43.031
100.000 e mais	53	11.728	59	12.073	37	8.291
Sem declaração	8.696	-	8.805	-	21.682	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.  
Elaboração: Secretaria de Política Agrícola / MAPA.

Os dados que alimentam as estatísticas em nível nacional são indicativos das opções do Brasil no que tange a seu modelo de desenvolvimento para as áreas rurais. Ressalte-se que qualquer análise que se faça a respeito da distribuição da posse da terra no Brasil deverá levar em consideração, necessariamente, o modelo de desenvolvimento privilegiado.

A desigualdade na distribuição da terra, entretanto, mantém relação com as desigualdades na posse dos meios de produção e da riqueza produzida a partir destes. A posse desigual da terra no Brasil deve ser entendida como um dos frutos do processo do desenvolvimento brasileiro, que levou a diferentes níveis o desenvolvimento regional, o subemprego e a distribuição de renda.

A tabela 3 evidencia a altíssima desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil por grupo de área total. Fica caracterizada a enorme proporção da área

total ocupada pelos grupos de área de maior tamanho, particularmente acima de 10 mil hectares. De acordo com Ney & Hoffman (2003), com uma desigualdade tão elevada, a área média dos 10% maiores empreendimentos é 225,5 vezes maior do que a dos 40% menores, os quais ocupam no máximo 4,0 ha. Na concepção dos autores, isso significa que o capital físico é a variável mais importante para explicar a conformação da renda na agricultura.

É em decorrência das distorções no tamanho, na posse e na função social da terra que se arrasta a secular necessidade de uma reforma agrária eficaz, como item de reestruturação do processo produtivo, por via das relações de propriedade, numa política global para proporcionar ocupação, alimentação e dignidade de vida a milhões de pessoas e, sobretudo, para conter o êxodo rural.

Não se trata exclusivamente de identificar o processo de concentração agrária ao longo do tempo no Brasil. O fundamental a reter, neste caso, são as restrições econômicas que condicionaram a posse e o uso da terra no Brasil, não apenas no decorrer das últimas décadas, mas também por períodos mais longos da história. Os fatos ocorridos no período representado na tabela acima são, em parte, resultados de iniciativas tomadas em épocas anteriores.



Nesta Unidade de ensino, busca-se compreender e analisar o período do *desenvolvimentismo* no Brasil (1945-1975). Neste tópico, os estudantes são convidados a:

(1) pesquisar os fundamentos do desenvolvimento aplicados ao mundo rural brasileiro durante as várias etapas de crescimento econômico brasileiro;

(2) averiguar, por meio da análise de tabelas e gráficos, como o crescimento econômico nacional influenciou decisivamente a produção e a quantidade produzida das principais *commodities* agrícolas no período recente;

(3) analisar a industrialização pioneira de Getúlio Vargas; o processo econômico adjacente ao governo JK e a seu Plano de Metas; a influência do pensamento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina; e a forma do “nacionalismo” durante o período da ditadura militar (1964-1984) e de seus PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974, e II PND, 1975-1979).

### 2.1 O DESENVOLVIMENTISMO

Em termos socioeconômicos, os estudos sobre o desenvolvimento adquiriram relevância acadêmica a partir dos efeitos do “Estado de Bem-Estar Social” (*welfare state*). Tais estudos – e os modelos de desenvolvimento que dele decorrem –, tinham como embasamento teórico a perspectiva keynesiana, que apregoava a busca incessante pela demanda efetiva e o pleno emprego, ou seja, a participação ativa dos aparelhos do Estado, o qual seria o ator privilegiado do crescimento econômico na condução e na orientação dos agentes privados (empresas e indivíduos).

Assim, no Brasil, a chave para a compreensão do desenvolvimentismo nos remete:

(a) à dinamização do crescimento industrial por via do mecanismo de substituição de importações, ou seja, da produção, pelas empresas nacionais, de manufaturas antes importadas;

(b) à expansão da infraestrutura (portos, estradas, escolas técnicas, centros de pesquisa e universidades) com forte e decisiva participação do Estado, como base da economia;

(c) ao incremento substancial no consumo doméstico através de aumentos reais de salário e crescimento do emprego (tanto público/estatal quanto privado).

Tal modelo de desenvolvimento não foi privilégio do Brasil, dado que resultou dos eventos que se seguiram no período pós-Segunda Guerra Mundial, sendo dina-

mizado pelo poder estatal onipresente nos países de democracia liberal, bem como nas nações de orientação socialista (de planejamento centralizado estatal).

Do desenvolvimentismo decorreu o **produtivismo**. Este último foi consequência proposital, por parte dos Estados, da recuperação dos anos de guerra (1939-1945) e se baseava em um axioma simples: a concepção de **crescimento** e **desenvolvimento** como sinônimos. Nos países industrializados – especialmente na Europa ocidental –, tal axioma constituiu peça fundamental da construção e implementação do “Estado de Bem-Estar Social”, na qual o Estado – com suas políticas públicas – se financiava mediante pesada carga tributária (modelo conhecido como keynesiano).

Tal modelo contribuiu para o **industrialismo** e, como resultado deste último, aliado ao aumento da produtividade das atividades agropecuárias, conduziu ao esvaziamento demográfico do mundo rural e à consequente transferência – o chamado êxodo rural – de amplos contingentes populacionais do campo para as cidades.

Neste período, na América Latina e, particularmente, no Brasil, inaugurava-se o Estado *desenvolvimentista*. Tal movimento encontrou ressonância na teoria dos estágios (etapas) de desenvolvimento desenvolvida por W. W. Rostow em fins dos anos 1950. Ademais, a própria noção de crescimento contínuo do capital enquanto base das sociedades capitalistas avançadas forneceu subsídios à “Curva em U invertido”, de Arthur Lewis, a qual predizia a necessária desigualdade de rendas para que, em um momento posterior, graças a políticas públicas, essas desigualdades diminuíssem (como exemplificado na fórmula “aumentar o bolo para, depois, dividi-lo”). Em larga escala, nos países industrializados, concretizou-se tal predição. Situação diferente ocorreu nos países latino-americanos e, em particular, no Brasil, onde o aumento da concentração de renda foi uma constante no período *desenvolvimentista*.

Outro movimento econômico, social e tecnológico decorrente do período pós-Segunda Guerra foi a Revolução Verde. Esta, segundo Mazoyer & Roudart (1997, p. 454-5), se traduziu em um

(...) vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo, a três culturas importantes [arroz, milho e soja] largamente cultivadas em países em desenvolvimento.

Na Revolução Verde, o esforço de pesquisa era prioritariamente dirigido aos sistemas de produção mais especializados e aos métodos padronizados de cultura, resumidos na expressão “pacotes tecnológicos”. Em uma palavra, a Revolução Verde decretou o “abandono da noção de fertilidade natural”.

No caso brasileiro, o melhor exemplo do sucesso comercial da aplicação de pacotes tecnológicos direcionados ao aumento da produção e à redução de custos de

produção foi a dinâmica evidenciada pelo cultivo da soja. Detenhamo-nos no gráfico da figura 5, abaixo, que evidencia a aceleração da produtividade da oleaginosa e demonstra que o crescimento da produção física da soja se afastou gradativamente do aumento da superfície de produção; ou seja, a produção se intensificou.

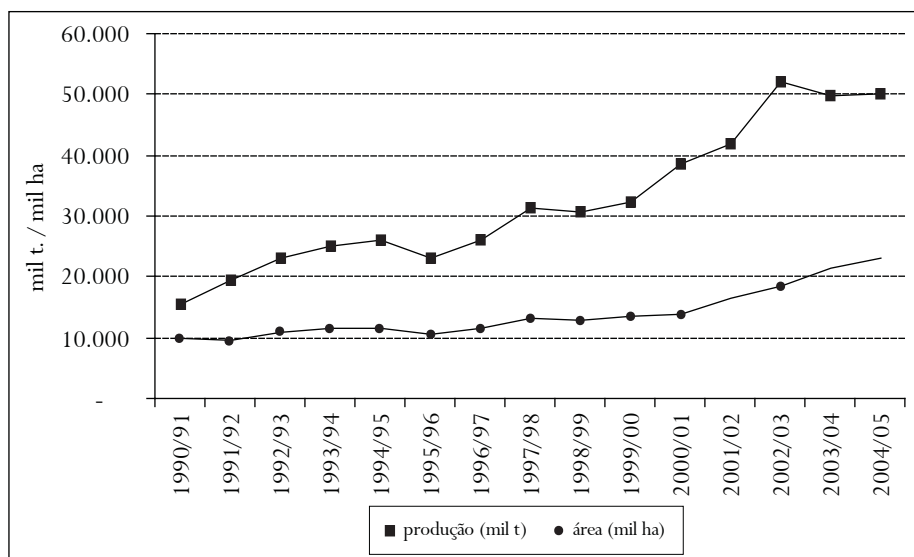


Figura 5: Brasil – a dinâmica produtiva da soja (1990-2005)  
Fonte: MAPA (2005).

Ademais, as lavouras de soja são, em grande medida, as responsáveis pela abertura de novas fronteiras agrícolas: em direção à região Centro-Oeste nos anos 1980 e, a partir dos anos 1990, em direção aos estados do Norte (porção norte do Mato Grosso, Roraima, Amapá, e Pará). A esse movimento de expansão da lavoura seguiu-se a abertura de novas fronteiras agrícolas, ao mesmo tempo em que os recursos obtidos com a exportação da cultura constituíram fortes componentes fundamentais do financiamento do Estado brasileiro.

A figura acima ilustra bem quanto a dinâmica produtiva da soja no Brasil depende do grau de inovação tecnológica. Similarmente, pode-se estabelecer um paralelo com a oferta de crédito rural, visto que parte considerável deste é utilizada para o financiamento da oleaginosa. Vale lembrar também que a soja foi a cultura que mais potencializou a Revolução Verde, bem como mudanças importantes nos fluxos migratórios.

No Brasil, os efeitos da Revolução Verde podem ser decompostos em, pelo menos, quatro fenômenos interconectados, que passaremos a analisar:

(1) Aumento da **mecanização nas atividades primárias**, sustentado pelo forte crescimento da indústria nacional de máquinas agrícolas, que saltou de 37 unidades produzidas em 1960 a mais de 82 mil unidades produzidas em 1976 (v. gráfico da

figura 6, abaixo). Ressaltemos, todavia, que a produção nacional de maquinário para o setor primário entrou em crise prolongada durante os decênios de 1980 e de 1990. As razões para tal crise advinham, por um lado, da crise financeira do Estado durante a “década perdida”, ou seja, os anos 1980; e, por outro lado, da queda das barreiras alfandegárias a partir do início da década de 1990. No o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), o mercado nacional de máquinas perdeu importantes subsídios por parte do governo federal e, conseqüentemente, viu-se ameaçado pela entrada no varejo nacional de maquinário agrícola produzido no exterior.

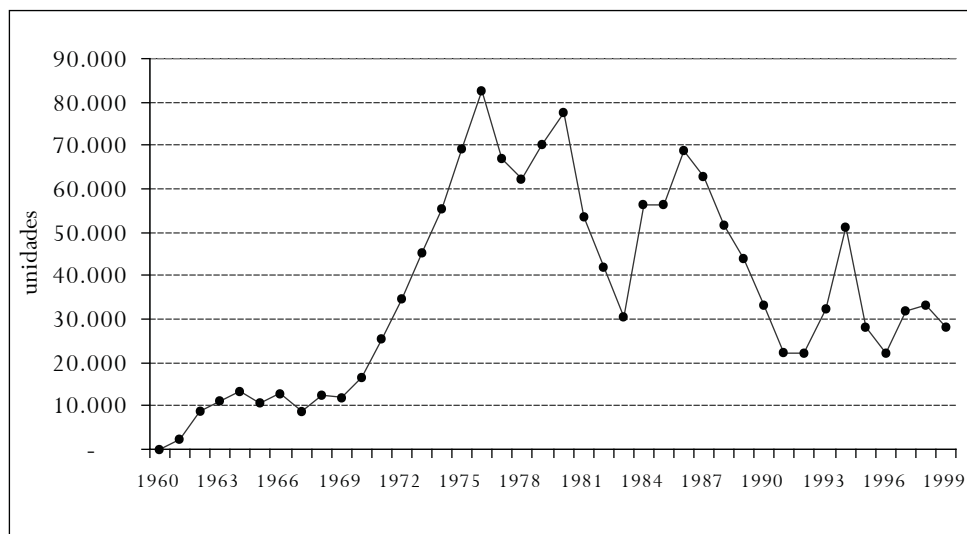


Figura 6: Brasil – Produção brasileira de máquinas agrícolas (1960-1999)  
Fonte: ANFAVEA (2002).

Ademais, há que se ressaltar a influência do aumento da mecanização das atividades agrícolas sobre a gradativa diminuição do emprego agrícola. Com efeito, segundo Balsadi et al. (2002, p. 24),

[o] impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colhedora automatizada pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colhedora elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colhedora pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas.

Em suma, a mecanização provoca dois efeitos correlatos sobre a mão-de-obra: o primeiro é o aumento da produtividade do trabalho, dado que uma quantidade de terras maior pode ser cultivada/colhida por um número menor de trabalhadores. E este fator conduz, conseqüentemente, ao segundo efeito, a diminuição da demanda por trabalho agrícola, ou seja, ao efeito perverso do aumento de produtividade.

(2) Aumento da utilização de **fertilizantes químicos**. No Brasil, o consumo total de fertilizantes cresceu de 4,1 milhões de toneladas em 1980 para mais de 5,5 milhões em 1997 (HELFAND & REZENDE, 1998, p. 32). Todavia, o fato mais impressionante é evidenciado na tabela 4, abaixo. As estatísticas da ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos – atestam que, em apenas 10 anos, dobrou a quantidade comercializada de fertilizantes por hectare no Brasil.

Tabela 4  
Brasil – Quantidade comercializada de fertilizantes  
por área plantada (kg/ha) (1992-2002)

Ano	kg/ha
1992	69,44
1993	84,44
1994	90,74
1995	84,21
1996	105,27
1997	109,46
1998	122,63
1999	109,82
2000	128,83
2001	134,68
2002	143,62

Fonte: ANDA (2003).

(3) Incremento e divulgação, entre os agricultores, de **modernas técnicas agrícolas** através do trabalho de organizações públicas, tais como a EMBRAPA e a EMATER. Neste caso, recai sobre o serviço de extensão rural um papel fundamental, que é o de levar até os agricultores novas tecnologias que sejam viáveis para as condições dos agroecossistemas locais. Historicamente, as instituições públicas de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pouco têm respeitado a opinião dos agricultores na geração de novas tecnologias. Cada vez mais, percebe-se que a sustentabilidade da agricultura e do meio rural passa pelo reconhecimento dos saberes tradicionais das populações rurais e de sua capacidade de inovação na geração de técnicas agrícolas mais sustentáveis.

(4) Problemas provocados pelo aumento de fenômenos ligados à **degradação ambiental**, em decorrência da vulgarização das modernas técnicas agrícolas. Estes estão especificamente relacionados ao esgotamento da fertilidade natural do solo e à poluição de mananciais superficiais e subterrâneos de água. Os trabalhos de Bennett (2000), de Redclift (1989) e de May & Bonilla (1997) apontam de maneira incisiva a utilização dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde como causadores diretos



da degradação ambiental do meio rural na América Latina. Ainda que parte desses efeitos possam ser minimizados pelo uso de novas tecnologias, o fundamental a reter são os efeitos a longo prazo que podem ser causados pela transformação de vastas áreas de floresta ou de campo nativo em monoculturas de alto impacto ambiental e baixa capacidade de fomentar o desenvolvimento.

A lista de benefícios e de problemas originados pelas técnicas produtivas preconizadas pela Revolução Verde é longa. Todavia, para os objetivos dessa digressão, uma conclusão é evidente: houve um incremento sem igual na produção de bens primários, propiciado pelo duplo efeito do aumento de produtividade e da expansão da fronteira agrícola. Também é válido reconhecer que nos objetivos da Revolução Verde não se inscrevia o respeito ao meio ambiente. Embora de potencial duvidoso quanto à promoção do desenvolvimento rural, nas regiões onde a Revolução Verde e a adoção do pacote tecnológico foram mais intensas, os ganhos em produção e produtividade são inegáveis, até mesmo por serem estes seus efeitos mais visíveis e imediatos.

Tabela 5  
Brasil – Características gerais do setor primário nacional  
segundo os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996

Características	1970	1975	1980	1985	1995/1996
<b>Quantidade de estabelecimentos</b>	4.919.089	4.993.251	5.159.850	5.802.206	4.859.865
<b>Condição do produtor (%)</b>					
Proprietário	62,9	64,1	65,7	64,6	74,2
Arrendatário	12,9	11,4	11,4	9,9	5,5
Parceiro	7,7	6,0	6,2	7,7	5,7
Ocupante	16,5	18,5	16,8	17,8	14,6
<b>Utilização das terras (mil ha)</b>					
Área total	294.116	323.894	364.853	374.925	353.611
Lavoura permanente	7.976	8.385	10.472	9.903	7.542
Lavoura temporária	12.911	15.320	19.265	42.244	34.253
Lavoura em descanso	-	2.206	8.914	10.663	8.310
Pastagem natural	103.573	125.951	113.897	105.094	78.048
Pastagens plantadas	29.909	39.701	60.602	74.094	99.652
Matas naturais	56.221	67.858	83.152	83.017	88.898
Matas plantadas	1.658	2.889	4.991	5.967	5.396
Produtivas não utilizadas	33.404	30.637	24.796	24.519	16.360
Área média (ha)	59,8	64,9	70,7	64,6	72,8

Fonte: IBGE (1998).

Enfim, uma leitura preliminar dos Censos Agropecuários do IBGE evidencia que aumentou a área média dos estabelecimentos rurais ao mesmo tempo em que diminuiu sensivelmente a quantidade de propriedades rurais. Nesse sentido, para substanciar a leitura e a análise da tabela 5, retomam-se aqui as considerações feitas quando da análise da tabela 4, que forneceu importantes indícios a respeito da concentração fundiária no Brasil ao longo das últimas décadas.

Os dados sobre o crescimento econômico do país (veja a tabela 6, a seguir) nos municiam a respeito das razões pelas quais a questão agrária emergiu somente nos anos 1980, a chamada “década perdida”. Percebe-se que o crescimento econômico contínuo durante os anos de ditadura militar foi igualmente um período de geração de empregos em atividades industriais e de serviços no meio urbano, ao mesmo tempo em que se fortaleciam dois movimentos paralelos no meio rural nacional: a consolidação da Revolução Verde e a política de ocupação e colonização das porções norte e centro-oeste do país. Os dados abaixo atestam a deterioração do crescimento econômico brasileiro e a consequente queda nas políticas de financiamento público no país nas décadas seguintes.

Tabela 6  
Brasil – Crescimento médio anual do PIB

Década	Crescimento (%)
1960	6,17
1970	8,63
1980	1,57
1990	2,65

Adaptado de: BACEN (2005).

A conjunção de tais movimentos, ao mesmo tempo em que o país aprofundava o processo de metropolização nas principais capitais nacionais, explica, em parte, o advento da chamada “modernização conservadora” no campo. Ou seja, as atividades agrícolas se modernizaram por meio de pacotes tecnológicos criados pela Revolução Verde, enquanto a fronteira agrícola nacional se ampliava em direção ao oeste e ao norte do país. Vistos, retrospectivamente, tais movimentos não contribuíram para mudanças sensíveis na propriedade da terra, justamente num período em que se registrou o principal movimento de criação de empregos no meio urbano brasileiro.

A industrialização periférica ocorreu de forma dependente dos países industrializados, na medida em que as exportações de *commodities* agrícolas financiavam o investimento público em infraestruturas nos setores industrial e de serviços. Todavia, esse modelo entrou em declínio acentuado devido às graves consequências advindas das chamadas crises de abastecimento energético (no caso, petróleo e gás) de 1973

e de 1979, resultados diretos de instabilidades geopolíticas nas nações do Oriente Médio, fornecedoras de matéria-prima para a produção de combustíveis.

A consequência mais imediata de tais crises – particularmente do segundo choque dos preços do petróleo – foi um rearranjo das taxas de juros internacionais, o qual, em uma etapa subsequente, resultou na “crise da dívida” do início da década de 1980.

Em suma, a “década perdida” pode ser resumida na crise do Estado desenvolvimentista, em vigor na América Latina desde meados dos anos 1950 e que provocou a ruína do modelo de financiamento público nos setores produtivos da economia.

Tabela 7  
Brasil – Estrutura do PIB por setores de atividade

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1939	28,50	18,81	52,69
1949	26,41	21,96	51,63
1959	20,75	27,68	51,57
1970	12,53	30,62	56,85
1980	10,03	38,26	51,71
1990	11,06	37,50	51,44
1995	14,03	31,00	54,97
2001	9,00	34,00	57,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Tabela 8  
Brasil – Evolução da população rural / população total

	População Rural (Total)	População Rural / População Total (%)
1950	38.291.775	63,8
1960	38.767.423	54,6
1970	41.054.053	44,1
1980	38.509.893	32,4
1991	35.231.268	24,5
1996*	33.879.211	22,0
2000	31.847.004	18,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos e \*Contagem da População.

Outro dado relevante foi a mudança na estrutura produtiva nacional. De uma economia baseada no modelo clássico agroexportador, o Brasil dos “trinta gloriosos” (o período compreendido entre 1945 e 1975) viveu um processo vigoroso de maturação de seus setores industrial e de serviços. Esse processo de mudanças fica evidenciado através dos dados abaixo, que contemplam a evolução da estrutura do PIB nacional entre as décadas de 1930 e de 2000 (tabela 7) e a acentuada mudança demográfica vivida pelo conjunto da população brasileira que, em menos de três décadas, passou de majoritariamente rural a preponderantemente urbana (tabela 8).

Durante a década de 1990, os ajustes estruturais, embasados no receituário de austeridade financeira do *Consenso de Washington* (figura 7, abaixo), significaram a retirada sistemática e contínua das instituições estatais das políticas econômicas dirigidas aos setores produtivos.

Original	Ampliado
disciplina fiscal	reformas políticas e legais
reorientação das despesas públicas	criação de instituições de regulação
reforma fiscal	políticas específicas anticorrupção
liberalização financeira	flexibilização das leis trabalhistas
taxas cambiais unificadas e competitivas	respeito aos acordos da OMC
liberalização comercial	imposição de regras ao mercado financeiro
abertura aos investimentos estrangeiros	abertura financeira prudente
privatização de empresas estatais	aplicação de regimes cambiais de flutuação livre
desregulação	criação de redes de proteção social
respeito aos direitos de propriedade	criação de política de redução da pobreza

Figura 7: Consenso de Washington (original e ampliado)  
Traduzido e adaptado de: WILLIAMSON (2004).

A primazia das “forças do mercado” ou, em outros termos, da diminuição do papel do Estado, através dos novos modelos de gestão pública-estatal, entrou paulatinamente na agenda do (novíssimo) ideário desenvolvimentista – a partir de então reduzido à “justiça distributiva” – concomitantemente com as tentativas frustradas de reversão das tendências declinantes da produção econômica durante a “década perdida”.

No Brasil dos anos 1990, o chamado “argumento liberal” dinamizou ainda mais a dualidade do mundo rural nacional: de um lado, o MAPA e o incentivo à utilização de modernas tecnologias produtivas e à exportação; do outro, o MDA e suas secretarias incentivando políticas de desenvolvimento rural direcionadas aos pequenos produtores e aos sem-terra, e especialmente voltadas para o mercado interno.

Assim, a missão do MDA adquire relevância social imprescindível quando se analisa a estrutura fundiária brasileira. Enfim, através dos dados sumarizados pelo cadastro do INCRA, observa-se que cerca de 1/3 dos imóveis rurais do Brasil têm área média de pouco acima de 5 ha. Ademais, 85,2% desses imóveis têm até 100 ha, o que nos fornece uma ideia aproximada da dimensão física da agricultura de cunho familiar existente no país.

## 2.2 MATERIAL DE APOIO

### Textos

(1) MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2001). Marcos do Planejamento público no Brasil 1947-2000. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/spi/publicacoes/evolucao\\_1.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/publicacoes/evolucao_1.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2006.

(2) COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 4, p. 21-34, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2006.

(3) FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate*, v.15, n. 2 (26), p. 225-54, 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens\\_do\\_Desenvolvimentismo.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2006.

### Vídeos e sites de interesse

(1) Sites sobre Juscelino Kubitschek: *Memorial JK*. Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br/>>; *Vida e governo de JK*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino\\_Kubitschek](http://pt.wikipedia.org/wiki/Juscelino_Kubitschek)>.

(2) Site sobre vida e governos de Getúlio Vargas.

Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Getulio\\_Vargas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Getulio_Vargas)>.

(3) Site do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>>.

Nesta Unidade, expõe-se um conjunto de argumentos para demonstrar que o desenvolvimento rural e seus temas correlatos, como as questões ambientais e os processos demográficos, avançam na construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento para as regiões rurais. As transformações operadas no meio rural também são resultantes de processos de mudança mais amplos, como os apresentados nas Unidades anteriores. A maior integração das regiões rurais nos circuitos econômicos regionais, nacionais e internacionais faz com que não apenas a esfera da produção de alimentos e fibras (uma das múltiplas funções da agricultura) esteja em constante transformação, mas também com que surjam outras importantes dimensões e facetas do que atualmente ocorre no meio rural brasileiro, ainda que este apresente uma diversidade estrutural imensa, que impossibilita generalizações.

Feita esta aproximação, procura-se avançar no debate sobre as diferenças entre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural nas perspectivas demográfica e ambiental.

### **3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES**

O conjunto de mudanças verificadas nas últimas décadas no Brasil, acima apresentadas, traduziu-se em importantes resultados produtivos, entre os quais um aumento da produção e dos rendimentos físicos dos principais cultivos. Da mesma forma, foi notória a crescente e intensiva utilização de insumos e mercadorias agroindustriais, que trouxe consigo a ampliação do parque de máquinas existente nas propriedades rurais e o consumo de produtos químicos e insumos diversos para a agricultura, ainda que com sensíveis diferenças regionais.

Tabela 9  
Taxas anuais de crescimento das produtividades parciais na agropecuária brasileira (1975-2002)

Período	Produtividade da terra	Produtividade da mão-de-obra	Produtividade do trabalho
1975-2002	3,82	3,37	2,69
1975-1979	7,63	4,47	-0,34
1980-1989	1,39	3,19	1,84
1990-1999	6,51	3,17	3,10
2000-2002	4,73	6,45	6,80

Fonte: GASQUES et al. (2004).

Contrastando com a velocidade e o ritmo de utilização das novidades agrônômicas (sementes, insumos, etc.), típicas de uma época em que a máxima era deixar o bolo crescer para depois dividi-lo, pouca atenção foi dada aos impactos sociais e ambientais da corrida tecnológica que acompanhou a agricultura a partir da década de 1960. Mais importante do que os impactos eram os ganhos em produtividade, como mostra a tabela 9, acima.

Os incrementos em produtividade, no entanto, não significaram esgotamento da fronteira agrícola ou qualquer movimento no sentido de diminuir o ritmo do avanço para novas áreas produtivas. A tabela 10, a seguir, expõe dados conclusivos em relação ao estado recente da produção agropecuária e de seu potencial produtivo. Quais são os impactos sociais e ambientais de um modelo de desenvolvimento agrícola insustentável?

Tabela 10  
Safrá 2003-2004 e potencial produtivo da agropecuária brasileira

Produtos	Safrá 2003-2004			Potencial		
	Produção	Área	Produtividade	Produção	Área	Produtividade
	(milhões t)	(milhões ha)	(t/ha)	(milhões t)	(milhões ha)	(t/ha)
Soja	50,2	21,1	2,4	80,5	23,0	3,5
Milho	42,7	12,7	3,4	165,9	23,7	7,0
Arroz	12,9	3,4	3,8	26,4	6,6	4,0
Feijão	3,2	4,2	0,8	6,0	4,0	1,5
Algodão	3,2	1,0	3,2	5,2	1,5	3,5
Trigo	5,9	2,7	2,2	8,0	3,5	2,3
Demais	5,2	1,8	2,9	3,2	2,7	1,2
Grãos Total	120,1	46,9	2,6	290,1	65,0	4,5
Cana-de-Açúcar	384,4	4,9	78,4	443,3	4,9	90,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996.

A vocação agrícola do Brasil parece estar continuamente posta à prova, na medida em que ganhos em produtividade e avanço sobre novas áreas são justificados como necessários para a garantia de divisas externas e para a soberania alimentar, como se a escassez de alimentos, a desnutrição e mesmo as situações de pobreza rural em muitas regiões do Brasil tivessem como causa a falta de alimentos, e não sua má distribuição ou a inexistência de uma política de soberania alimentar.

A produção de impactos ambientais foi ignorada ou até subestimada ao longo de muitos governos, e só recentemente se verificaram reações sociais provocadas principalmente por estudiosos, por movimentos sociais e por integrantes de organizações rurais que passaram a contestar o padrão de desenvolvimento agrícola intensivo e predatório que predomina no Brasil. A incorporação de formatos tecnológicos alternativos baseados, por exemplo, nos princípios da agroecologia e da sustentabilidade e a minimização dos impactos ambientais produzidos durante as últimas décadas reforçam a necessidade de um manejo mais adequado dos recursos naturais.

No entanto, a magnitude dos efeitos da intensa modernização, especialmente em termos ambientais, acabou por expor em muitas regiões seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, já que, do ponto de vista produtivo, é incontestável o sucesso do modelo adotado, conforme já foi demonstrado. Importante, nesta parte do trabalho, é deixar claro que a percepção da gravidade dos problemas ambientais e da persistência de situações de pobreza rural associados à modernização da agricultura passou a motivar debates sobre formas alternativas de desenvolvimento rural. A construção de uma “nova agricultura”, menos impactante do ponto de vista ambiental e social, só seria viável na medida em que os resultados da consolidação do padrão da Revolução Verde passassem a ser contestados no plano das ações implementadas, por exemplo, pelas instituições prestadoras de serviços de assistência técnica, como é o caso das EMATERs.

Por conta disso, se até recentemente era com o pretexto da modernização da agricultura e de seu sucesso técnico-produtivo que se buscava explicar os processos de mudança social na agricultura e no meio rural, inclusive em relação aos padrões tecnológicos às suas implicações para as populações rurais em termos de qualidade de vida, atualmente é cada vez mais notória a necessidade de alargar o leque de opções explicativas, tornando as generalizações empíricas menos viáveis. Isso significa que as singularidades regionais, em termos de padrões de desenvolvimento rural, podem ser tomadas como aspectos próprios da diversidade estrutural que caracteriza o rural brasileiro. Porém, em nenhum momento o debate esteve tão ancorado quanto na contemporaneidade, na perspectiva de que não há desenvolvimento rural sem agricultura, de que não há agricultura sem agricultor e de que, cada vez mais, o agricultor, por necessidade ou opção, procura diversificar sua produção e suas estratégias.

Em trabalho recente, Ellis & Biggs (2001) apresentaram a trajetória do desenvolvimento rural ao longo do tempo. Os autores constataram que, na década de



1950, o desenvolvimento rural esteve fortemente associado às políticas de modernização, com base em modelos dualistas que rotulavam os agricultores de “modernos”, em contraposição aos “atrasados”. Nos anos 1960, ganhou fôlego o debate sobre a modernização da agricultura e a transferência de tecnologia por via da Revolução Verde. Nos anos 1970, intensificaram-se as políticas agrícolas, com a adoção intensiva de tecnologias por parte dos agricultores, através da proposição de um desenvolvimento rural integrado com uma ativa participação das entidades de extensão rural. Durante os anos 1980, com a crise do Estado desenvolvimentista, intensificaram-se as políticas de alívio à pobreza rural, o que veio conferir ao debate dos anos 1990 um tom vigoroso em defesa das políticas de redução da pobreza, por via do microcrédito, de redes de segurança rural, entre as quais, por exemplo, a extensão dos recursos previdenciários.

A virada do século XX para o século XXI marcou, assim, um momento histórico nessa problemática, graças à introdução de novas temáticas, como as questões ambientais, as questões de gênero, da combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas, do empreendedorismo e da inovação, do papel das instituições, das redes agroalimentares, entre outras. Isso permitiu tratar tais mudanças visando um novo paradigma de desenvolvimento rural, menos ancorado apenas na produção agropecuária do que aquele observado ao longo das últimas décadas. O rural deixou de ser sinônimo exclusivo de agrícola, embora exista no Brasil ampla fronteira agrícola e esta já tenha alcançado a região da Amazônia brasileira.

Tabela 11  
Brasil – Pessoal Ocupado 1995/1996

Pessoal Ocupado	Pequena		Média		Grande	
	Número	%	Número	%	Número	%
<b>TOTAL</b>	14.444.779	86,6	1.821.026	10,9	421.388	2,5
<b>Familiar</b>	12.956.214	95,5	565.761	4,2	45.208	0,3
<b>Assalariado total</b>	994.508	40,3	1.124.356	45,5	351.942	14,2
Assalariado permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
Assalariado temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
<b>Parceiros</b>	238.643	82,4	45.137	15,6	5.877	2,0
<b>Outra condição</b>	255.414	71,0	85.772	23,9	18.361	5,1

Fonte: OLIVEIRA (2003).

Caberia um questionamento: que relações de trabalho caracterizam a agricultura brasileira quanto à ocupação das pessoas? Questão importante na medida em que tanto a situação atual quanto o potencial produtivo da agricultura – mesmo considerando-se a atual fronteira de expansão agrícola – se assentam em relações

de trabalho que caracterizam a predominância da chamada agricultura familiar, conforme já foi elucidado em momento anterior. A análise da tabela 11 permite constatar que as pequenas unidades de produção são responsáveis por 86,6% do total de pessoas ocupadas na agricultura, restando às grandes propriedades apenas 2,5% dos empregos.

A leitura da tabela 11 permite concluir que existe um segmento da agricultura brasileira responsável pela geração majoritária das ocupações, seja por conta própria (os agricultores familiares), seja por via do assalariamento (permanente ou temporário), onde também as pequenas propriedades aparecem como as principais empregadoras. Ainda que o tamanho do estabelecimento seja um critério duvidoso para caracterizá-lo como familiar ou como patronal, pode-se considerá-lo válido na medida em que possibilita comparar a estrutura fundiária brasileira com sua capacidade de gerar ocupações.

A capacidade de gerar ocupações alia-se, em maior ou menor grau, à amplitude da incorporação do progresso técnico às unidades produtivas. A título de exemplo, a tabela 12, a seguir, permite constatar que, ao longo dos últimos 30 anos, mais do que dobrou o número total de tratores na agricultura brasileira, passando a relação de um trator para cada 15,5 estabelecimentos em 1975 para um trator para cada 6,6 estabelecimentos em 2006.

Tabela 12  
Brasil – Número de tratores e estabelecimentos agropecuários 1975/2006

Censo Agropecuário	Número de tratores	Número de estabelecimentos	Relação estabelec./trator
1975	323.113	4.993.252	15,5
1980	545.205	5.159.851	9,5
1985	665.280	5.801.809	8,7
1996	803.742	4.859.865	6,0
2006	788.053	5.204.130	6,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006.

De qualquer forma, a evolução no número de estabelecimentos agropecuários ao longo dos últimos 30 anos demonstra a capacidade da agricultura e da pecuária nacionais de incorporar as inovações tecnológicas. Na concepção dos autores deste trabalho, as informações que constam das tabelas 9, 10 e 11 são indicadores de uma perspectiva agrícola de desenvolvimento rural que associa desenvolvimento rural ao uso racional dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) e que ainda é incapaz de reconhecer a emergência de novos atributos e funções da agricultura e do meio rural.

### 3.2 NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL: INCORPORANDO QUESTÕES AMBIENTAIS E PROCESSOS DEMOGRÁFICOS

Em face das mudanças sociais, econômicas e ambientais observadas nas últimas décadas, surge a necessidade de novas interpretações do desenvolvimento no meio rural mediante a superação do paradigma do desenvolvimento agrícola como imperativo exclusivo. Por conta disso, é surpreendente a velocidade com que ganha espaço público e legitimação a tese de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento atualmente vigente em inúmeras regiões rurais no Brasil. Consolida-se o pensamento de que é imperioso reorientar as formas de intervenção do Estado, para que as políticas públicas deixem de visar exclusivamente o caráter produtivista da agricultura, particularmente a de base familiar, reduzindo-a à sua capacidade de produzir alimentos em abundância e a baixos preços.

No que diz respeito ao Brasil, essa questão, embora recente, é bastante controversa. No entanto, contrariamente ao que ocorre no cenário internacional – onde há mais de duas décadas são observados avanços significativos em relação à superação das dicotomias rural *versus* urbano, agrícola *versus* não-agrícola e familiar *versus* empresarial ou capitalista, consolidando o entendimento de que o desenvolvimento rural é o somatório de pequenas inovações que não se restringem às formas familiares de agricultura –, o debate brasileiro ainda é pautado por uma visão dicotômica. No Brasil, foi a partir das discussões sobre agricultura familiar que se avançou para discussões relativas ao desenvolvimento rural, quase que impossibilitando qualquer tipo de dissociação temática.

Aqui se aborda o debate brasileiro a partir, por um lado, das contribuições de José Graziano da Silva e das interpretações aportadas pelo Projeto Rurbano em torno do “novo rural brasileiro”; e, por outro, das contribuições de José Eli da Veiga, fundamentalmente por meio de seus estudos relativos aos documentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e de outros trabalhos mais recentes. Justifica-se: o primeiro desses autores oferece importantes subsídios para o entendimento da emergência e da importância das atividades não-agrícolas; o segundo renova a análise de algumas das limitações para a diversificação da agricultura familiar.

Quanto às contribuições de José Graziano da Silva e de outros pesquisadores reunidos em torno do Projeto Rurbano, mesmo que não necessariamente consensuais, o fundamental a reter é que, cada vez mais, o desenvolvimento de inúmeras regiões rurais e, por consequência, o próprio desenvolvimento rural dessas regiões se devem à relevância de suas atividades não-agrícolas na geração de emprego e renda e a seu potencial na mitigação da pobreza rural.

O eixo norteador que motivou um conjunto de estudos sobre o meio rural brasileiro foi a constatação de que a “modernização conservadora” e excludente e os Complexos Agroindustriais (CAIs) resolveram o problema da oferta agrícola, porém

não resolvem o problema agrário (excedente populacional). O emprego e a renda agrícola estariam em declínio em função da mecanização das atividades de colheita dos principais produtos.

Em outras palavras, o progresso técnico, considerada sua irreversibilidade, limita o crescimento do emprego agrícola, levando parcela crescente da população rural a buscar mercados de trabalho fora da agricultura. Para Silva (2001), a *performance* da agricultura familiar no Brasil depende tanto dos mercados de produtos como das condições do mercado de trabalho. Isso é confirmado tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista empírico, dado que as estratégias e os estilos de agricultura tendem a variar não só em sua intensidade, mas também em seu formato, uma vez que os mercados de produtos e de trabalho agrícola e não-agrícola estão sujeitos a variações e diversidades territoriais tão heterogêneas quanto as dinâmicas de desenvolvimento rural.

Haveria um “novo rural”, formado basicamente por três grupos de atividades: (1) uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; (2) um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e (3) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado.

Ao lado desta faceta “moderna”, persistiria o lado “atrasado” do rural, graças à manutenção da pobreza e da vulnerabilidade de ampla gama da população, os “sem-sem” – sem-terra, sem-emprego, sem-educação, sem-saúde e sem-renda, com uma séria incapacidade de organização social (SILVA, 2001). De todo modo, o aspecto mais representativo desse novo rural seria o das famílias que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespaial (rural com urbano).

Sucintamente, para Silva (2001), a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas (pluriatividade) por parte das famílias rurais no Brasil não resulta em um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário, como ocorreria nos países desenvolvidos. O pesquisador entende que, ao contrário, a pluriatividade é em grande parte uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas mais pobres que, assoladas por perdas substanciais de sua renda agrícola em função da queda dos preços de nossas principais *commodities*, passam a se ocupar em atividades não-agrícolas.

Dito de outra forma, a pobreza (rural) é um empecilho aos processos de desenvolvimento local, basicamente por duas razões: (1) porque drena parte substancial dos recursos despendidos localmente para bens de consumo corrente que têm pouco efeito indutor para a formação de circuitos virtuosos de geração de emprego e renda; e (2) porque limita o tamanho dos mercados locais em função do baixo nível de renda *per capita* da maioria da população.

Por isso, mais importante do que uma estratégia específica de desenvolvimento para o Brasil rural é uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil como um todo,

pois quem determina a demanda por produtos e serviços é o nível de renda da população urbana.

Por fim, a própria diversidade da produção agropecuária é algo secundário, pois as opções para a diversificação ficariam restritas aos “nichos” articulados com os mercados urbanos de maior renda. Não resolveria diversificar apenas a produção agropecuária de uma dada região, porque isso traria pouco incremento à renda das famílias agrícolas mais pobres, que dependem dos mercados locais de trabalho. Este é o outro grande fator limitante de nosso desenvolvimento: os elevados índices de concentração e os baixos níveis de renda da maioria da população fazem com que os mercados regionais sejam muito reduzidos em comparação com o tamanho da população potencialmente consumidora.

Passemos às contribuições de José Eli da Veiga, às quais se somam as de outro importante pesquisador brasileiro sobre temas rurais, Ricardo Abramovay. Esses pesquisadores institucionalizaram no Brasil os temas em torno do desenvolvimento rural sob o manto das instituições, da inovação (empreendedorismo) e da sustentabilidade. Em oposição à perspectiva de José Graziano da Silva, ambos, Veiga e Abramovay, insistem na importância da agricultura familiar e no reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais através da criação de externalidades positivas.

Para Veiga (2001), os níveis de emprego e renda na agricultura familiar estariam associados às formas de inserção de cada região nos circuitos econômicos. A reduzida diversificação da agricultura familiar de inúmeras regiões decorre da predominância da especialização agropecuária, visto que nas áreas mais favoráveis às grandes plantações especializadas não existem mobilidade e articulação social suficientes para engendrar a criação das redes de pequenas e médias empresas, fundamentais para potencializar formas de empreendedorismo e diversificação produtiva.

Por isso, entende-se que as heranças institucionais de uma economia baseada na agricultura familiar diversificada são condições necessárias, porém não suficientes, para dinamizar os territórios. Para que empresas e empregos possam ser criados em regiões com predomínio da agricultura familiar, também é preciso que estas disponham de um mínimo de estruturas favoráveis em termos de comunicações, de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o empreendedorismo.

Tanto Veiga (2001) quanto Abramovay (2003) sustentam que a reprodução da agricultura familiar depende cada vez mais da capacidade das famílias de fazerem escolhas e desenvolverem habilidades face aos desafios que lhes são impostos pelo ambiente social e econômico em que vivem. Enquanto para Silva (2001), as economias de escala e especialização, apesar da exclusão social e econômica que geraram, foram as que permitiram que milhares de agricultores se inserissem nos mercados, para Veiga e Abramovay, a palavra chave é a diversificação, pois entendem que esta é a única condição capaz de fomentar economias de escopo e diversificação.

Com base nestes e em outros argumentos, Veiga (2001) percebe a necessidade de superar a dicotomia rural *versus* urbano e de tornar a mão-de-obra excedente empreendedora, fomentando sua capacidade de inovação. Entre outras consequências, isso faria com que aumentasse a produtividade do trabalho agropecuário e mais pluriativas se tornassem as famílias, implicando diretamente a redução das migrações de origem rural. Diversificar as economias locais, a começar pela agropecuária, seria uma posição relevante na reafirmação da agricultura familiar, por que imporia a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural.

O fundamental a reter desse esboço sobre o desenvolvimento rural no Brasil pode ser formulado do seguinte modo: o denominando “novo enfoque do desenvolvimento rural” é uma abordagem apoiada no alargamento da abrangência espacial, ocupacional e setorial do rural. Para Schneider (2003), os múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural estariam formulados em termos de mudanças necessárias nos seguintes aspectos, todas relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista:

(1) a necessidade de um crescente inter-relacionamento entre a agricultura e a sociedade;

(2) a necessidade urgente de se definir um novo modelo agrícola, que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas;

(3) a necessidade de um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos e famílias, bem como suas identidades, atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais;

(4) a necessidade de um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais;

(5) a necessidade de um desenvolvimento rural que leve em conta a urgência de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições; e

(6) a necessidade de se levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, a fim de garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Nessa nova perspectiva, que no Brasil não está necessariamente atrelada ao paradigma da modernização, como ocorre na Europa, o desenvolvimento rural é interpretado como um conjunto de práticas que visa a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos e, conseqüentemente, uma maior autonomia nos processos decisórios e o fortalecimento do leque (porta-fólio) de ações e estratégias.

Já avançando no debate internacional, nos termos de Ploeg et al. (2002), o desenvolvimento rural se constituiu em uma verdadeira “agenda de pesquisa”, devido ao reconhecimento dos limites práticos do paradigma da modernização, e levou pesquisadores a repensarem seus focos de investigação acerca dos processos de mudança social no meio rural.

Diferentemente do debate brasileiro, que parece ser mais temático (atividades não-agrícolas e pluriatividade, redes agroalimentares, democracia, instituições, agroecologia, etc.), o debate internacional, nomeadamente o europeu, parece estar assentado na dimensão espacial e territorial, com foco no conjunto de relações entre agricultores, mercados e instituições, na maneira como isso se traduz em práticas mais ou menos sustentáveis, mais ou menos autônomas, mais ou menos rentáveis, e nos impactos que daí resultam sobre as famílias e as economias locais.

Ploeg et al. (2000) entendem que o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas ao longo de muitas décadas, e que, por isso, foi entendido como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo paulatinamente substituído por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”. Nesse novo paradigma, incluem-se dimensões antes não contempladas, como a busca de um novo modelo para o setor agrícola, a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Isso implica tomar o desenvolvimento rural como um processo multinível, porque ele deve ser considerado também em um nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Em um nível intermediário, deve ser construído como um novo modelo para o setor agrícola, com atenção constante para as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. Por fim, um terceiro nível é o do indivíduo, onde se destacam as novas formas de alocação do trabalho familiar. É um processo multiator, porque demonstra a multiplicidade das instituições envolvidas em sua construção, fazendo com que o desenvolvimento rural dependa de múltiplos atores e das redes entre esses atores. É multifacetado, porque se revela em um conjunto de novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, produção de especialidades regionais, entre outras, fazendo com que propriedades que haviam sido consideradas supérfluas no processo de modernização da agricultura possam vir a assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com as empresas e com os setores urbanos.

Haveria, nesse caso, **distintos níveis de entendimento, de respostas e de ações** concernentes ao desenvolvimento rural enquanto práticas e processos mais endógenos ou exógenos, mas sempre emergentes do paradigma da modernização. De acordo com Ploeg et al. (2002), seriam os seguintes:

(1) um conjunto de inter-relações globais entre agricultura e sociedade, na medida em que o meio rural não é apenas o local por excelência de produção de alimentos para uma população urbana crescente, mas, cada vez mais, um espaço de produção de bens públicos, de reconexão com a natureza, sem contar sua importante contribuição para a geração de emprego e renda em níveis regionais;

(2) o desenvolvimento rural como um novo modelo de desenvolvimento para o setor agropecuário, dado o crescimento das desigualdades regionais, a continui-

dade dos níveis de êxodo rural e o comprometimento da qualidade dos alimentos devido aos níveis de intensificação, de especialização e mesmo de industrialização da agricultura;

(3) o desenvolvimento rural em nível familiar ou individual emergindo como uma redefinição de identidades, estratégias e práticas inter-relacionadas em redes. A coordenação e realocação do trabalho familiar em diferentes ocupações e atividades (agrícolas e não-agrícolas) seria um dos mais claros exemplos desse nível de entendimento;

(4) políticas e instituições consideradas do ponto de vista das variações entre os países em termos de falta de correspondência entre políticas e programas de caráter público, de sinergia entre essas políticas e esses programas, e do ponto de vista das desigualdades e particularidades regionais e de seus efeitos nos processos e práticas de desenvolvimento rural; e

(5) a natureza multifacetada do desenvolvimento rural, que permite práticas interconectadas (produção orgânica, agroturismo, qualidade dos produtos) associadas a regiões específicas, agregação de valor e atribuição de novos papéis e funções ao rural e ao agrícola.

Todos esses níveis representariam, portanto, novas configurações territoriais do desenvolvimento rural face às práticas estabelecidas pelos agricultores numa perspectiva microssocial e pelas mudanças societárias numa perspectiva macrosocial. Esse novo paradigma poderia ser resumido em três pontos: a) criação e consolidação de novas ligações entre a agricultura e a sociedade mais ampla; b) criação de respostas diferenciadas ao *squeeze* (pressão), mediante a reconstrução tanto das práticas agrícolas quanto das economias rurais; c) reconstituição dos recursos locais com vistas a modelos e práticas agrícolas mais sustentáveis e a novas relações entre o rural e o urbano.

Conforme afirma Navarro (2001b), a relativa ausência de um debate acadêmico e político abrangente e continuado no Brasil sobre desenvolvimento rural, o qual apenas recentemente parece ter-se imposto, torna relevante apresentar algumas diferenças conceituais entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural. Entre as razões que justificam ser necessário ressaltar essas diferenças conceituais estaria o fato de não existir no Brasil uma tradição consolidada de análise das políticas públicas para o mundo rural, nem de investigação ampla das iniciativas voltadas para o desenvolvimento rural na história agrária recente. Isso em relação não só a seus impactos, particularmente sociais e ambientais, mas também ao formato de aplicação institucional de determinadas políticas públicas.

Navarro (2001b) enfatiza, por um lado, que desenvolvimento agrícola (ou agropecuário) se refere exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e às suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando essas condições e características em um período de tempo dado. A referência seria, necessariamente, a base propriamente material da produção agropecuária, sua evo-



lução e suas facetas, tais como área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

Por outro lado, desenvolvimento rural, no entender de Navarro, refere-se a uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. O desenvolvimento rural pode, portanto, ser analisado *a posteriori*, com base, neste caso, nas análises de programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) com o fim de alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Pode referir-se também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural para um período vindouro. Existiriam, assim, diversas metodologias de construção de tal estratégia, além de um amplo debate sobre seus principais objetivos e prioridades.

Constatados os resultados duvidosos, do ponto de vista social, para as populações rurais, proporcionados pelo desenvolvimento agrícola e o incentivo crescente a maiores índices de produtividade que ele impõe aos agricultores, tenta-se fomentar perspectivas que levem em consideração outros aspectos da vida social e econômica das formas familiares de trabalho e produção. Não se sabe ainda com muita clareza exatamente o que fazer, mas a sociedade tem claro o que não se deve fazer: incentivar o produtivismo na agricultura.

Segundo os argumentos expostos nas Unidades 1 e 2, destacam-se:

- (a) a **dualidade estrutural** do mundo rural brasileiro, evidenciada pela existência de dois Ministérios;
- (b) a **dinâmica demográfica** do país, majoritariamente urbano;
- (c) um **novo modelo de Estado**, balizado pelo receituário do *Consenso de Washington*;
- (d) a **perenidade da desigualdade** no mundo rural brasileiro, como demonstrado pelos dados da estrutura fundiária do país.

Reconhecidas as novas realidades que configuram o meio rural nacional – necessárias à formulação e à aplicação de políticas públicas –, ressaltamos cinco aspectos que estão na base das indagações sobre as perspectivas futuras de desenvolvimento rural no Brasil, a saber:

- os programas de erradicação da pobreza;
- os aspectos peculiares da produção agrícola de cunho familiar;
- as ações das políticas territoriais;
- as rápidas mudanças demográficas no meio rural brasileiro; e
- o crescimento na produção de biocombustíveis.

O primeiro ponto diz respeito ao desafio de erradicação da pobreza. Hoffmann & Kageyama (2007, p. 8), em um trabalho no qual caracterizam a pobreza como multidimensional, constatam que a pobreza afeta 65,1% da população rural e 29,2% da população urbana no Brasil. De acordo com os autores,

(...) na área rural existem 2,8 milhões de pessoas em estado de extrema pobreza (9,2% da população), em contraste com a área urbana, onde a situação de extrema pobreza é insignificante (...) em termos absolutos a população urbana com insegurança alimentar é obviamente muito maior que a rural (55,6 milhões e 15,0 milhões de pessoas, respectivamente).

Os dados da tabela 13, abaixo, nos fornecem a dimensão que tinha a pobreza no Brasil em 2004, com destaque para a população rural.

Tabela 13  
Distribuição das pessoas conforme categorias de pobreza e situação do domicílio – Brasil, 2004. (número de indivíduos e %)

Categorias de pobreza	Situação					
	Rural		Urbana		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não-pobre	10.551.532	34,9	103.756.248	70,8	114.307.780	64,6
Extrema pobreza	2.794.643	9,2	155.742	0,1	2.950.385	1,7
Pobre tipo 1*	15.141.976	50,1	42.331.351	28,9	57.473.327	32,5
Pobre tipo 2**	1.767.033	5,8	354.165	0,2	2.121.198	1,2
Total	30.255.184	100,0	146.597.506	100,0	176.852.690	100,0

(\*) Pobre tipo 1: indivíduo com renda menor que a linha de pobreza e cujo domicílio tem apenas um dos seguintes equipamentos: água canalizada, banheiro ou sanitário, luz elétrica.

(\*\*) Pobre tipo 2: indivíduo com renda acima da linha de pobreza e cujo domicílio tem pelo menos dois dos equipamentos supracitados.

Fonte: HOFFMANN & KAGEYAMA (2007), com base nos dados da PNAD (2004).

Com base nos dados acima e na compreensão dos modelos de desenvolvimento vigentes no Brasil nas últimas décadas, depreendem-se três aspectos marcantes nos segmentos familiares da agricultura brasileira:

– a crescente heterogeneidade, ou diversidade, da agricultura familiar (Schneider, 2003);

– a implementação, por parte do Estado, para os segmentos economicamente mais pauperizados, de políticas sociais que permitam aos indivíduos mais vulneráveis às “forças do mercado” contar com renda para sua sobrevivência; e

– o acesso, para os segmentos familiares da agricultura, a técnicas produtivas mais modernas, que, até meados dos anos 1980, eram privilégio de empreendimentos rurais de tipo patronal.

## As mudanças demográficas no meio rural

O mundo não é mais o mesmo. Desta ideia-clichê deriva-se uma nova realidade: em 2007, pela primeira vez, segundo a ONU, a população urbana do planeta foi, em termos absolutos, maior do que a população rural.

A evolução das áreas metropolitanas mais densamente povoadas comprova tal estatística. Ademais, as funções das cidades se modificaram ao longo do tempo. Em um primeiro momento, de centros de peregrinação e/ou de comércio, elas passaram a atrair populações camponesas deslocadas do mundo rural em busca de salários no então crescente e promissor setor industrial.

Em anos recentes, o deslocamento ocorreu como resultado de mudanças substanciais nas tecnologias aplicadas nas atividades agrícolas, fortemente poupadoras em mão-de-obra (WONG & CARVALHO, 2006), e resultaram em:

(a) envelhecimento e masculinização do campo brasileiro como resultado a médio prazo das migrações internas e do avanço de formas tecnificadas de produção agrícola (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999); e

(e) esvaziamento do mundo rural e migrações para o meio urbano de cidades grandes e médias. Davis (2006) estima a população favelada brasileira – com base nos dados da UN-Habitat – em 36,6% da população total urbana; ou seja, em pouco mais de 50 milhões de indivíduos.

Preocupação dos técnicos da FAO/ONU, os problemas estruturais ocasionados pelo esvaziamento populacional dos espaços rurais acarretam uma série de consequências. Citamos aqui apenas dois: a queda do empreendedorismo e a necessidade urgente da implantação de serviços públicos até então inexistentes nas zonas rurais, particularmente dirigidos a uma população que envelhece a cada década.

Finalmente, destaca-se a crescente preocupação com o meio ambiente, relacionada com **a emergência da produção de biocombustíveis**. O novo *boom* dos biocombustíveis está produzindo uma nova euforia que perpassa o setor agrícola nacional. A razão de tal otimismo está diretamente ligada à mudança na matriz energética nacional que, segundo os organismos estatais, estaria passando por uma revolução sem precedentes.

### 3.3 MATERIAL DE APOIO

#### Textos sobre a compreensão das dimensões do desenvolvimento

(1) NAVARRO, Z. *Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural*. 2001a. Trabalho não publicado.

(2) \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001b.

### Texto e vídeos sobre a sustentabilidade da agricultura

MENEGHETTI, G. A. Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar [s. d.].

Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>.

Vídeo 1: *Desertificação e pobreza*

Disponível em: <<http://br.youtube.com/watch?v=a63S6aazBDs&mode=related&search=>>.

Vídeos 2 e 3: *Estudo de caso: práticas agrícolas inadequadas no Cerrado brasileiro*

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TSLCNXoMgZs&mode=related&search=>>.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yOuzB75Igw4>>.

### Textos sobre a dinâmica demográfica brasileira

(1) PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. Textos para Discussão, n. 7.

Disponível em:

<[http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos\\_para\\_discussao/textos/texto\\_7.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf)>.

(2) WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996. Caxambu.

Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>.

(3) WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol23\\_n1\\_2006/vol23\\_n1\\_2006\\_3artigo](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n1_2006/vol23_n1_2006_3artigo)>.



- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos. *Anuário estatístico do setor de fertilizantes 1992-2002*. São Paulo: ANDA, 2003.
- ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. *Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira / Statistical yearbook of the Brazilian automotive industry*. 2002. Disponível em: <[www.anfavea.com.br](http://www.anfavea.com.br)>. Acesso em: 5 fev. 2002.
- BACEN – Banco Central do Brasil. *Estatísticas econômicas do Brasil*. 2005. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>.
- BALSADI, O.; BORIN, M.; SILVA, J. G. da; BELIK, W. Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. *Agricultura em São Paulo*, v. 49, n. 1, p. 223-40, 2002.
- BENNETT, A. J. Environmental consequences of increasing production: some current perspectives. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 82, n. 1-3, p. 89-95, 2000.
- CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. Textos para Discussão, n. 621.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 4, p. 21-34, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>>.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, Oxford – UK, v. 19, n. 4, p. 437-48, 2001.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil, *Revista Pesquisa & Debate*, v.15, n. 2 (26), p. 225-54, 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens\\_do\\_Desenvolvimentismo.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2006.
- GASQUES, J. G. et al. Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. Textos para Discussão, n. 1017.
- GUILHOTO, J. M. et al. *Agricultura familiar na Economia – Brasil e Rio Grande do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Estudos NEAD, n. 9.

HELFAND, S.; REZENDE, G. *Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 1998. Textos para Discussão, n. 611.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, Â. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. Anais: *Conhecimentos para a Agricultura do Futuro*. Disponível em CD.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Agropecuários, Censos Demográficos e Contagem da população. Vários anos.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação. *Novo retrato da Agricultura Familiar – O Brasil redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.

MAY, P.; BONILLA, O. S. The environmental effects of agricultural trade liberalization in Latin America: an interpretation. *Ecological Economics*, v. 22, p. 5-18, 1997.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histoire des agricultures du monde: du Néolithique à la crise contemporaine*. Paris: Seuil, 1997.

MENEGHETTI, G. A. Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar [s. d.]. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>.

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Marcos do Planejamento Público no Brasil 1947-2000*. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/arquivos\\_down/spi/publicacoes/evolucao\\_1.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/publicacoes/evolucao_1.pdf)>.

NAVARRO, Z. *Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural*, 2001a. Trabalho não publicado.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001b.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 113-52, jan.-jun. 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo, 2003. Textos para Discussão.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. Textos para Discussão, n. 7. Disponível em: <[http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos\\_para\\_discussao/textos/texto\\_7.pdf](http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf)>.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford – UK, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: The state of the art. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A; BANKS, J. (Orgs.). *Living countrysides: rural development in Europe – the state of the art*. Netherlands: Elsevier, 2002.

REDCLIFT, M. The environmental consequences of Latin America's agricultural development: some thoughts on the Brundtand Commission Report. *World Development*, v. 17, n. 3, p. 365-77, 1989.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD. *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento"*. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

VEIGA, J. E. da. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: MDA/NEAD, 2001. Textos para Discussão, n. 1.

\_\_\_\_\_. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 43, n.15, 2001.

\_\_\_\_\_. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A. C. *Desenvolvimento em debate*. Rio de Janeiro, Mauad/BNDES, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>.

WILLIAMSON, J. The Washington Consensus as policy prescription for development, 2004. Disponível em: <[www.iie.com/publications/papers/williamson0204.pdf](http://www.iie.com/publications/papers/williamson0204.pdf)>.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol23\\_n1\\_2006/vol23\\_n1\\_2006\\_3artigo](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol23_n1_2006/vol23_n1_2006_3artigo)>.



**1. INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O ENSINO A DISTÂNCIA**

Márcia Lúcia Fernandes Carneiro

**2. DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS**

Lovois de Andrade Miguel (Org.)

**3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO**

Marcelo Antônio Conterato

Eduardo Ernesto Filippi

*Impressão e acabamento:*

**Gráfica da UFRGS**

Rua Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre, RS

Fone/fax (51) 3308-5083

grafica@ufrgs.br

www.grafica.ufrgs.br

Este livro reúne os conteúdos didáticos da disciplina Teorias do Desenvolvimento (DERAD 03) oferecida no curso de graduação tecnológica na modalidade a distância Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da UFRGS.

A partir de um enfoque multidisciplinar, este livro introduz o tema do desenvolvimento agrário brasileiro em seus aspectos mais amplos: históricos, sociais, econômicos e demográficos. Busca-se contribuir para a compreensão de como, institucionalmente, distintas teorias de desenvolvimento, abordadas a partir das referências bibliográficas propostas, auxiliam na explicação do caráter desigual do desenvolvimento rural brasileiro no período republicano.